

MANDATO XIII**ATA N.º. 17/2023****SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2023**

*Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Forum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Américo dos Santos Afonso, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR.ª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e três membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Maria Ester da Silva Taveira, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Rui Nuno Gonçalves Marques, Ana Margarida Sarmiento Manso da Silva Macieira, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Marta Salomé da Silva Oliveira de Brito, José Silva Pereira da Cunha, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Néilson Jorge Ferreira Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Susana Rafaela Ferreira Leite, Augusto*

José Urjais Gonçalves Oliveira Gomes, Sandra de Oliveira Cardoso, João Pedro Carvalho Melo, Ana Filipa Duarte Martins, João Manuel Garcia Rodrigues, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo, António Filipe Dias Melo Peixoto, Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, Amélia Rodrigues, Tony Narciso dos Reis, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, Dolores Glória Sousa Gomes Rocha, Bela Diana Pinto Gomes, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Raúl da Silva Gomes, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Helder Duarte, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes Rocha, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria do Pilar Araújo Teixeira, Natacha Sofia Miranda Fontes, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Fausto Alves Farinha, João Jorge Ferreira Baptista, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, André Costa Castanho Correia, António Meireles e Magalhães Lima e Sandra Cristina Andrade*

Carvalho. FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: Bruna Daniela Gonçalves do Coto e Maria Elizabete Marques da Silva. Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. Neste período registou-se a intervenção da SRA. MARTA NEVES, membro dirigente da Braga Ciclável, residente no Centro Histórico da cidade de Braga, para dizer o seguinte: “hoje venho falar sobre um assunto que me preocupa e que considero que deve ter atenção especial do Município. Todos os dias de manhã, as ruas do Centro Histórico da cidade, são infestadas por várias dezenas de carrinhas, camiões e carros que têm como objetivo de fazer a distribuição pelas lojas desta zona da cidade. Não existem dúvidas de que estas cadeias de distribuição são necessárias para fazer chegar os bens aos comércios, alguns deles locais. No entanto, a movimentação constante de veículos motorizados no Centro Histórico, muitos deles veículos pesados de mercadorias, apresenta vários problemas que podem muito bem ser resolvidos. O primeiro dos problemas prende-se com o facto de que as ruas do Centro Histórico não apresentam condições para circular em veículos pesados. Alguns dos que ali circulam são até proibidos pelo código regulamentar. As ruas estreitas e orientadas para os modos ativos, rapidamente se tornam congestionadas e sem espaço suficiente para acomodar todas as necessidades de distribuição. A Avenida Central e a Rua do Souto são dois exemplos óbvios disto. Ao longo da manhã, dezenas de veículos congestionam as ruas que deveriam ser dedicadas unicamente aos modos de deslocação sustentáveis. O segundo problema está relacionado com a degradação constante destas ruas devido ao movimento de veículos pesados. Contam-se dezenas de pedras de piso deslocadas e movimentadas pelo peso dos veículos, fazendo com que seja preciso gastar recursos adicionais para manutenção da mesma, causando risco de desequilíbrio e queda para quem se movimenta a pé nas ruas. Em terceiro lugar, as movimentações de veículos de

combustão interna, nestas ruas da cidade, contribuem largamente para a poluição sonora e do ar da zona mais importante e valiosa da nossa cidade, além de apresentar um risco iminente de atropelamento para os peões e demais usuários desta zona de tráfego automóvel limitado. Contudo, existe uma solução sustentável e eficiente para este problema, a micro distribuição. Ou seja, em vez de grandes carrinhas de transporte, poderíamos optar por pequenos veículos como bicicletas, carrinhos manuais, carrinhos elétricos, que podem ser utilizados para entregar mercadorias nas nossas ruas de tráfego automóvel limitado. Este método de distribuição é mais eficiente, permite transportar mercadorias diretamente para o destino final, sem trânsito em ruas congestionadas. A micro distribuição é uma alternativa mais sustentável, reduz as emissões de gases poluentes, a poluição sonora, o congestionamento do Centro Histórico e permite aumentar a eficiência de transporte e ainda fazer entregas diretamente no destino final. Esta solução também traria benefícios claros para os negócios locais, com entregas mais rápidas e eficientes, aumentando a produtividade. Além disso, uma vez que a micro distribuição não apresenta um obstáculo para quem utiliza estas vias a pé, os horários de distribuição poderiam estender-se para todo o dia, algo que hoje já acontece com veículos pesados, aumentando ainda mais a eficiência logística. É importante referir que o Município não teria de inventar nada, visto que já existem diversos exemplos de sucesso deste tipo de iniciativas em cidades por todo o mundo. Por exemplo, em Paris, La Petite Reine, utiliza bicicletas de carga para entregar mercadorias nas zonas históricas da cidade e em Londres, existe uma empresa de entregas urbanas, que utiliza uma frota de bicicletas elétricas para entregar mercadorias de forma rápida e eficiente. Para além de melhorar a qualidade de vida no Centro Histórico, a micro distribuição pode ainda ter um impacto significativo na economia local, incentivando a criação de novos empregos,

*reduzindo os custos e emissões e tempo despendido com o transporte e distribuição de mercadorias. Desta forma, apelo a que esta Assembleia recomende ao Executivo a implementação de um programa de micro distribuição em Braga, com recurso a veículos sustentáveis, que poderá melhorar significativamente a qualidade de vida na cidade, tornando a cidade mais sustentável, amiga do ambiente e melhorando a economia local”. Seguiu-se a intervenção do **SR. JOSÉ EUGÉNIO CARVALHO DA SILVA**, para referir que: “certos que esta Assembleia tem, entre outras competências, a apreciação e fiscalização sobre deliberações do Executivo Municipal e tendo por missão primeira e principal assegurar os interesses da população, em nome dos residentes do prédio número quinhentos e trinta e um e de alguns nossos vizinhos do prédio número quatrocentos e setenta e oito da Avenida João vinte e um, vimos apresentar nesta Assembleia aquilo que consideramos ser um atentado às melhores regras de construção urbanística e arquitetónica. Com efeito, entre o quarteirão compreendido entre a Rua André Soares e a Avenida trinta e um de janeiro, encontramos seis prédios, todos constituídos por rés do chão, caves, garagens e lojas, todas de rés do chão e cinco pisos habitacionais. No espaço entre os números seis, vinte e sete, quinhentos e setenta e três e seis vinte e sete e seis noventa e cinco, existem lojas todas voltadas para a Rua André Soares, em formato de cave. Estão encaixadas entre as garagens dos prédios referidos, sempre um piso abaixo da cota de soleira. Entretanto, esses espaços formam terraços homogêneos que estão afetos ao uso pedonal. Infelizmente, a Câmara Municipal licenciou entre o número quatrocentos e setenta e oito e quinhentos e trinta e um da referida avenida, um edifício destinado ao comércio, com um piso abaixo da cota soleira e um piso acima da cota de soleira. Ora, este licenciamento configura um atentado àquilo que preceitua o Plano Diretor Municipal no número um, dos artigos doze e catorze. Isto é, os alinhamentos e a implantação da volumetria não*

*estão de acordo com a imagem exterior. Isto é, os prédios acima da cota de soleira interrompem todo o espaço pedonal, todo o enquadramento paisagístico e arquitetónico que estava seguido no passado, para além do espaço público acabar prejudicado. São os referidos moradores do quinhentos e setenta e oito e quinhentos e trinta e um da avenida, que vão sofrer as consequências. Para além disso, ao abrir-se este grave precedente arquitetónico e paisagístico, vamos correr o risco de quem tem lojas única e simplesmente voltadas para a André Soares, sem entradas pela quinhentos e trinta e um, para a Avenida João vinte e um, irão consequentemente solicitar o mesmo privilégio que foi concedido através do Alvará número noventa e dois de dois mil e dois. Isto é, vão solicitar um aumento das suas lojas através de um piso acima da cota soleira. Consequentemente a cidade de Braga irá ficar mais feia. O enquadramento paisagístico irá ser afetado e nós, na qualidade de residentes neste prédio, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara a demolição do respetivo edifício acima da cota de soleira. Infelizmente, a partir do dia vinte e três de março, data em que foi entregue o referido requerimento, o Senhor Presidente da Câmara ainda não nos apresentou uma resposta. Ficamos a aguardar, sob pena de intentarmos outras ações. Como entendemos que a cidade de Braga irá ficar mais feia, queremos expor, de viva voz, aos Senhores Deputados, a situação que irá ser criada na cidade. O que estamos a ver a crescer no centro da cidade de Braga é um autêntico mamarracho. É verdadeiramente um atentado às regras mais básicas do urbanismo e da construção”. Na terceira intervenção usou da palavra o **SR. JOSÉ DE ARAÚJO GOMES**, para dizer: “sou ex vereador da Câmara Municipal de Braga a tempo inteiro, durante os mandatos de oitenta e cinco-oitenta e nove e oitenta e nove-noventa e três, no tempo em que a maioria era liderada pelo Engenheiro Mesquita Machado, ao qual tive a honra de pertencer e, hoje, mais do que nunca. Trago aqui dois assuntos: Um é sobre o vinte e cinco de*

abril e outro sobre urbanismo. O vinte e cinco de abril. Todos nós sabemos que há nomes que não precisam de adjetivos para ser identificados imediatamente, para saber o que significam. Hoje, para a juventude e alguns desses jovens que estarão aqui e que terão assento na Assembleia, estão longe de imaginar o que foi o vinte e cinco de abril, porque todos nós, os que na altura do vinte e cinco de abril já tínhamos mais de vinte anos, sabemos que hoje, ao contar aos cinquenta anos o que era Braga e o país antes do vinte e cinco de abril, não acreditam em nós. Pensam que estamos a contar histórias e é tempo, se não for mais nada, é tempo de darmos a conhecer à juventude o que é, o que foi e o que representa hoje para os portugueses o vinte e cinco de abril. Para isso, dado que começou agora a contar o ano cinquenta...ainda bem que cá está a Senhora Vice-Presidente, ainda bem, porque também nisto não melhorou. Criticou-se muito no passado, a ausência do Engenheiro Mesquita Machado, nestes períodos, mas agora está na mesma, ou pior. E então queria alertar o Senhor Presidente da Câmara para que tomasse a iniciativa de constituir uma comissão, na qual só entrassem pessoas que apoiam o vinte e cinco de abril, logo que nessa comissão só estejam membros com assento, ligados a partidos, com assento na Câmara Municipal. Não tenho dúvidas que os partidos que estão na Câmara Municipal, todos eles, comungam com o espírito do vinte e cinco de abril. Essa comissão deveria, junto das escolas, sobretudo junto das escolas, tentar coordenar uma iniciativa que levasse a que nas escolas, desde o primeiro ciclo até ao universitário, daqui a um ano, quando se festejar os cinquenta anos, a juventude bracarense saiba o que foi o vinte e cinco de abril, porque é uma pena que se diga tão mal, haja tanta gente a dizer tão mal do vinte e cinco de abril, quando foi o vinte e cinco de abril, eu tinha vinte e nove anos, sei o que era viver antes do vinte e cinco de abril e sei o que é viver depois. A grande maioria da juventude não. Eles não têm culpa, porque ninguém lhes contou o que

era a realidade anterior. Portanto, quanto ao vinte e cinco de abril está claro que fica o desafio, fica o convite, o pedido ao Sr. Presidente, ele não está cá, mas está a Sr.^a Vice-Presidente, para que a Câmara tome a iniciativa de junto das escolas, constituir uma comissão, porque há muita gente para além dos que estão aqui com assento. Há muita gente lá fora que não está sequer vinculada a partidos, não interessa sequer à representação partidária, interessa é que sejam pessoas que querem vinte e cinco de abril. Essa comissão que seja, com a integração do Senhor Presidente da Câmara ou do seu representante, capaz de dinamizar um processo que possibilite, que daqui a um ano, ninguém fique com sombras sobre o vinte e cinco de abril. Outra questão, urbanismo. Não sei se já repararam, que nas obras de restauração de edifícios na cidade, não há nenhum que não leve mais um piso acima. Não sei se já repararam. Um ou mais. Antigamente, quando isso acontecia, “caía o Carmo e a Trindade”. Foi por isso que referi a minha qualidade de ex-vereador, porque lembro-me, alguns, são poucos, que estão cá desse tempo, o barulho que se fazia, quando nascia mais uma janelinha acima de um prédio. Agora todos os prédios que estão a ser recuperados na cidade, se repararem, levam mais uns andares. E ainda bem, li no jornal estes dias, que uma delegação de um partido visitou a Praça e detetou uma série de anomalias. É pena que a Câmara, e vou-vos dar um exemplo, todos conhecem a Praça da Justiça, na Praça da Justiça, junto ao Tribuna, na parte traseira dos prédios, está lá um edifício antigo dos Correios. A dúvida sobre isso, a Câmara foi lá toda, todos os elementos, para ver se aquilo se fazia ou não. Porque é que a Câmara, não digo que sejam todos, pelo menos alguns, num programa, semanalmente, e aqui os Senhores Deputados podem ter essa força, desafia-los a que os acompanhem a visitar as zonas habitacionais da cidade, ver como estão os passeios, ver como estão as estradas, ver quais são as condições do arranjo, do cuidado que é posto no tratamento das vias. Vou terminar, dando os

*parabéns à atual gestão, porque são melhores numa coisa. Os Juntos pelo Poder em Braga são melhores numa coisa, no controlo da comunicação social”. A quarta e última intervenção foi protagonizada pelo **SR. PAULO SOUSA** que disse: “estou aqui em nome da Comissão Promotora de Homenagem aos Democratas de Braga. A Comissão Promotora de Homenagem aos Democratas de Braga saúda todas e todos num momento tão importante para a nossa vida coletiva como é a evocação de mais um aniversário do vinte e cinco de Abril. Infelizmente, o tempo tem dado razão aos sucessivos alertas para o estado da nossa Democracia e à necessária reflexão sobre o caminho que estamos a tomar. Cada dia que passa acrescenta tempo perdido para o esforço comum que se exige no debelar das fraquezas, ou se preferirem, dos pontos fracos do nosso sistema democrático. Este é o tempo seguramente para nos unirmos, não para nos dividirmos sobre a emergência que a incerteza das mulheres e dos homens alimenta perigosamente em vários pontos do globo e muito em particular em Portugal. Um tempo para solidificar, também, a relação intergeracional tão necessária à defesa dos direitos, liberdades e garantias que os mais velhos ajudaram a erguer através do instrumento fundamental sobre o qual repousa a nossa Democracia: a Constituição portuguesa. A guarda da nossa memória como garante da compreensão dos valores da Democracia é fundamental para que as novas gerações - filhos e netos do vinte e cinco de Abril - não percam de vista o que foram os quarenta e oito anos do Estado Novo. Só assim saberão valer-se das armas políticas necessárias à rejeição dos extremismos e dos populismos que minam a credibilidade do nosso sistema. Esta relação com o passado - envergonhada mente escondido na nossa memória - é essencial para que se produza o necessário consenso em torno das democratas e dos democratas que anónima ou publicamente se sacrificaram para que hoje possamos estar aqui em Liberdade. É evocando os seus nomes - a maioria dos quais já não estão connosco*

- que podemos garantir hoje como amanhã que a sua luta como resistentes não cairá de novo no esquecimento, nem engolidos pelo frenesim de uma vida atingida pelo mediatismo e pelo consumo insensato de “fake news” como se estas pudessem constituir-se como verdade alternativa. A verdade é que o nosso passado recente tem escritos o suor e as lágrimas de centenas de mulheres e homens que, como Vitor Sá, Salgado Zenha e Santos Simões, merecem o nosso profundo reconhecimento por aquilo que foram, pela inspiração que ainda nos afeta positivamente e que se traduz numa herança da verticalidade, frontalidade e desejo de Mudança. Uma mudança que se justificava no passado, como se justifica hoje, passados quarenta e nove anos do vinte e cinco de Abril, não só pela capacidade de aprofundarmos o entendimento e práticas da Democracia representativa como o de aprofundar os mecanismos da Democracia Participativa. Este é o tempo de homenagem como aquele que esta Assembleia, enquanto Casa da Democracia, vai protagonizar, no próximo dia dois de maio, sobre uma das figuras maiores da cidade, da região e do país: Salgado Zenha, que não nos deve fazer esquecer que nos espera um intenso e duro trabalho para tornar efetivo o novo paradigma do sistema: Uma Democracia INCLUSIVA. E esta só é viável se soubermos, em primeiro lugar, dignificar a ação política e torná-la num valor social. Os partidos devem dar o seu contributo e perceberem que se a sociedade civil está a fazer o seu trabalho para consolidar e fortalecer o exercício da cidadania política ativa - cabe aos partidos políticos fazerem a necessária reflexão sobre os seus próprios modelos de governação e dessa forma serem parte interessada efetiva nas necessárias mudanças. O nosso trabalho - enquanto Comissão Promotora de Homenagem aos Democratas de Braga - é de tudo fazer para unir, incluir e de forma transversal mobilizar todas e todos para este desafio comum. Não contem connosco para desistir. Não contem connosco para fomentar a divisão. Não contem connosco para fingir que nada se

passa. Não contem connosco para esquecer. Mas podem contar connosco porque estamos prontos para enfrentar convosco o desafio maior que é a preservação da nossa Liberdade, da nossa Democracia. Não podia deixar passar esta ocasião para revelar publicamente aqui - na casa da Democracia - e por ser o tempo adequado, o convite endereçado em dois mil e vinte e dois, e aceite pelo Dr. José Manuel Mendes para ser o presidente executivo da Comissão de Honra de Homenagem aos Democratas e ao Dr. José Sampaio para ser o seu presidente honorário. Viva a Democracia. Viva o vinte e cinco de Abril". Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Pesar**, pelo Sr. Deputado do P.S.D., **MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, que dizia: “O Cónego João Aguiar, cónego do cabido da arquidiocese de Braga desde dois mil e quatro, ou o padre João Aguiar, como gostava de ser tratado, embora não tivesse nascido em Braga, era também um homem de Braga, tendo sido justamente distinguido em dois mil e vinte pela nossa Câmara Municipal com a medalha de Ouro. Celebrou o mês passado, a vinte e cinco de março, os cinquenta anos de vida sacerdotal, numa homilia presidida por Dom José Cordeiro, com amigos e familiares. Foi um homem moderno, competentíssimo, que marcou fortemente todos os lugares por onde passou e conhecido de todos nós. Isso faz com que seja impossível realçar, neste muito pesaroso voto de pesar, toda a sua obra, dado que seria algo imperfeito, incompleto, até injusto para a sua memória e muito aquém da figura do Padre João Aguiar, dado o brilhantismo com que abraçou várias atividades no decorrer da sua vida. Em mil novecentos e setenta e seis, depois de concluir os seus estudos de Ciências da Informação na Universidade de Navarra em Espanha, abraçou a comunicação social durante cerca de quarenta anos, tendo começado a trabalhar como jornalista do Diário do Minho em mil novecentos e setenta e seis, tendo sido seu Diretor de mil novecentos e noventa e

sete a dois mil e cinco. Em mil novecentos e oitenta e um iniciou funções na Renascença, onde foi jornalista, chefe de redação, diretor de informação e presidente do Conselho de Gerência entre dois mil e cinco e dois mil e dezasseis. Além do completo renovar das instalações da Renascença no Porto, foi sob a batuta do padre João Aguiar que foram inauguradas as suas excelentes instalações em Lisboa, em treze de maio, na véspera da Renascença fazer oitenta anos. Recebeu do Presidente da República, no decorrer do seu mandato na presidência da Renascença, o título de Membro Honorário da Ordem de Mérito, tendo o Presidente Cavaco Silva referido o grande crescimento da esfera de ação da Renascença pela multiplicação do seu número de canais, pelo desenvolvimento de várias áreas de atividade, que foi a base de um vasto grupo de comunicação social, tendo sido pioneira nos caminhos na inovação na multimédia, nas áreas como a WEB, MOBILE, Vídeo, Online ou Web Tv. Em janeiro do ano passado, o padre João Aguiar foi condecorado pelo atual Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa com a Ordem de Mérito, tendo tido também, durante a sua vida várias distinções públicas. De dois mil e onze a dois mil e dezasseis foi nomeado diretor do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais, no qual reformulou os planos de gestão e organização da agência Ecclesia, como um serviço à Igreja e fidelidade ao seu conteúdo, em situações financeiramente difíceis. Foi também um professor muito próximo dos alunos, com prazer na conversa, na companhia, com um sentido de humor enorme e integrador como testemunham publicamente dezenas de alunos seus. Deixou textos magníficos nas redes sociais ao alcance de todos e várias obras publicadas em livro de dois mil e dezasseis a dois mil e vinte e três, em modo de reflexões, tendo até conduzido em dois mil e treze o programa " Marca d' Água ", no qual partilha em poesia os seus pensamentos. A sua escrita é avassaladora, profunda, marcante, de clareza cristalina, onde refere também experiências e

*exemplos de vida que nos põem a refletir, a imaginar e inspiradores de vida. A sua comunicação, sempre atualizada com o tempo em que viveu, era dirigida às mulheres e aos homens, onde revela o seu constante conforto, intimidade, carinho, prazer com Deus, Jesus Cristo e Maria. O padre João Aguiar marcou várias gerações, a todos ouvia, conversava, aconselhava, debatia, sempre com muito humor e com a profundidade nas conversas decorrentes da sua personalidade. A sua entrega a Deus, espalhada muitas vezes com graus de intimidade divina toca a todos, cristãos e não crentes que a leem, e é um grande exemplo de vida. Assim, o grupo parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e oito de março de dois mil e vinte e três, aprove este voto de pesar pela morte do Cónego João Aguiar e expresse também sentidas condolências à arquidiocese de Braga, aos seus familiares e amigos”. Seguiu-se a intervenção da Sr^a. Deputada do P.S., **PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA**, para proceder à apresentação de outro **Voto de Pesar** do seguinte teor: “Se me virem por aí, ganindo como um cão vadio, serei eu esse queixume amarelo e despenteado. E se uma sombra lenta se poisar sobre mim, é Deus quem se poisa e me acaricia e diz o meu nome. Di-lo-á até que dele me lembre e o queira; até que o repita e soletre; até que eu o perceba e mergulhe na condição de ser quem me fez ser!...Latejo a condição pedinte. Penso-a por dentro. Sou, nela, uma malga de farelo. E tanto se é quando se é o que podemos!. .. João Aguiar Campos, Facebook, vinte de março de dois mil e vinte e três A Assembleia Municipal de Braga lamenta com profunda dor a morte do Jornalista e Padre João Aguiar Campos, aos setenta e três anos. Foi um terra-bourense que amou Braga, cidade onde se formou e trabalhou desde mil novecentos e cinquenta e nove até dois mil e cinco. Foi a Braga que regressou para lutar como um leão contra uma doença prolongada, em dois mil e dezasseis. Em mil novecentos e oitenta e um iniciou funções de Chefe de*

Redação da Rádio Renascença (Porto). Em mil novecentos e oitenta e cinco foi Jornalista e Locutor da Radio Renascença (Voz do Minho) que ajudou a autonomizar como Estúdio Regional. Em mil novecentos e noventa e sete foi nomeado diretor do Jornal Diário do Minho, cargo que exerceu até dois mil e cinco. Presidiu ao Conselho de Gerência da Rádio Renascença entre dois mil e cinco e dois mil e dezasseis e, em dois mil e onze, foi nomeado diretor do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais, cargo que exerceu até dois mil e dezasseis. Em dois mil e dezanove, o Município de Terras de Bouro condecorou-o com a Medalha de Mérito Ouro, no Museu da Geira Núcleo Museológico de Campo do Gerês. Em dois mil e vinte, em plena pandemia de covid-dezanove, na vigésima segunda Edição dos Galardões "A Nossa Terra", João Aguiar Campos recebeu o "Galardão Carreira" e foi distinguido com a Medalha Grau Ouro da Câmara Municipal de Braga. Em janeiro de dois mil e vinte e dois, o Presidente da República condecorou o cónego João Aguiar Campos com o grau de Comendador da Ordem do Mérito, numa cerimónia restrita no Palácio de Belém, a qual contou com a presença de Dom Manuel Clemente, cardeal-patriarca de Lisboa. João Aguiar Campos tinha um talento poético singular peculiar, uma escrita simples e muito cristalina que desenvolveu do contacto com a natureza e da sua missão como sacerdote. Equiparava-se às artesãs da aldeia que de farrapos e fios velhos, nos seus teares, faziam mantas bonitas, com muita cor. O cónego João Aguiar Campos deixa muitas obras publicadas: "Intervalos", "Encontros", "Anseios", "Transparências", "Circunstâncias" (dois mil e dezasseis), "Rio abaixo" (dois mil e dezassete), "Descalço também se caminha" (dois mil e dezanove), "Morri ontem" (dois mil e dezanove), "Fragmentos" (dois mil e dezanove), "InTemporal" (dois mil e vinte e um), "Flores de Feno" (dois mil e vinte e um) e "Cochichos" (dois mil e vinte e três). Partilhamos aqui o seu último poema publicado na sua página de

*Facebook no dia treze de março deste ano: "Naquela manhã era a única gaivota. Tinha, por isso, só para mim, a folha estendida onde madruguei desenhos e versos. Também saltitei sílabas teclando notas à procura da melodia de um búzio escondido. Ensinai-me a cantar, anjos marinhos! . . ." Os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Braga aprove um voto de pesar pela sua morte e enderece os sentidos pêsames à família do Padre João Aguiar Campos, um leão da tolerância". Um outro **Voto de Pesar** foi presente, agora pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, que salientava: "As palavras ouvem-se melhor, quando se vêem os olhos de quem fala. Ontem, vinte e sete de abril, faleceu o Cónego João Aguiar Campos aos setenta e três anos de idade. Antigo diretor do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais, e um dos corifeus da Comunicação Social, facto que fez com que o Presidente da República, em janeiro de dois mil e vinte e dois, o tivesse condecorado com o grau de Comendador da Ordem do Mérito, pelo seu papel na Comunicação Social, mas também como Professor e reputado Escritor. Corroborando esta opinião, o Arcebispo de Braga, Dom José Cordeiro, referiu-se ao Cónego João Aguiar Campos como "um mestre da palavra e da grande comunicação". Por muitos considerado como um "homem de afetos", um ser humano de valores, doou o melhor de si aos outros, com o mais elevado espírito de solidariedade e humanidade. Parafraseando o presidente da Câmara de Terras de Bouro, Manuel Tibo, pode afirmar-se que foi um dos "mais notáveis e ilustres de Terras de Bouro", de onde era natural., apontando a "vida e força" do sacerdote, como uma inquestionável fonte de inspiração, o que o levou a decretar luto municipal durante dois dias. O Cónego tinha celebrado no passado mês de março, cinquenta anos de ordenação sacerdotal, tendo referido que gostaria de ser recordado como quem fez "alguma coisa de bem" para alguém. Era, sem qualquer dúvida, um ser humano*

notável, um pensador como há poucos, um homem dedicado ao próximo e a tantas causas. Segundo as suas palavras, “Se me quiserem fazer algum elogio – ainda que não o mereça – seria dizer-me: o padre João, sendo um padre secular, tornou-se num místico do cada dia. Um espantado místico de cada dia”. João Aguiar Campos foi ordenado padre no dia vinte e cinco de março de mil novecentos e setenta e três, tendo frequentado o curso de Ciências da Informação na Universidade de Navarra, entre mil novecentos e setenta e quatro e mil novecentos e setenta e seis, ano em que começou a trabalhar no ‘Diário do Minho’, onde foi diretor entre mil novecentos e noventa e sete e dois mil e cinco. A sua colaboração com a Rádio Renascença, remonta a mil novecentos e oitenta e um, tendo ocupado a presidência do Conselho de Gerência entre dois mil e cinco e dois mil e dezasseis. Em dois mil e onze, foi nomeado diretor do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais, cargo que manteve até abril de dois mil e dezasseis. Escreveu, nos últimos anos, várias obras de enorme relevo e significado, sendo “Cochichos” a última a ser publicada, já no corrente ano de dois mil e vinte e três. Recebeu vários prémios e distinções honoríficas, podendo destacar-se em dois mil e dezasseis, o prémio de jornalismo, “Dom Manuel Falcão”, pelo SNCS; em dois mil e dezanove, a Medalha de Mérito Ouro, pelo concelho de Terras de Bouro; em dois mil e vinte, na vigésima terceira Edição dos Galardões “A Nossa Terra”, recebeu em o “Galardão Carreira”. Foi ainda distinguido com a Medalha Grau Ouro da Câmara Municipal de Braga. Sacerdote de uma enorme sensibilidade social, um caráter alegre e otimista, uma capacidade intelectual exímia, defensor e potenciador de causas nobres, desenvolveu a sua ação em várias regiões do país, com um sentido de intervenção cívica e eclesial, procurando sempre transmitir palavras de ânimo, de confiança e de alegria, a todos aqueles com quem se cruzava. Quem conheceu o Homem, o Sacerdote, o Professor, o Escritor, o Poeta “Padre João”, como gostava

*de ser tratado, terá sempre presente a imagem de alguém que se comprometeu com a vida comunitária, social e eclesial, de forma entusiasta e com um verdadeiro espírito de missão. O Cónego João Aguiar Campos, determinado na defesa das causas em que acreditava, deixa em todos os que tiveram o privilégio de o conhecer, uma enorme saudade e grande consternação pelo seu falecimento, após doença prolongada. Em forma de singela homenagem, o Grupo Municipal do CDS-PP, propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, aprove um voto de pesar, do qual deverá ser dado conhecimento à sua Família, seguido de um minuto de silêncio em honra da memória do Cónego João Aguiar Campos”. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou que o minuto de silêncio proposto nos diversos votos de pesar, à semelhança do que se tinha feito noutras sessões, seria cumprido no final. Postos à votação foram os presentes votos de pesar **aprovados por unanimidade**. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA** para proceder à apresentação de outro **Voto de Pesar** que revelava: “Francisco Augusto Martins Ferreira faleceu a um de abril. Nascido na freguesia de Nogueira a vinte e sete de outubro de mil novecentos e cinquenta, esteve emigrado durante vários anos, tendo-se radicado definitivamente na freguesia natal, à qual se dedicou abnegadamente. Cidadão empenhado na vida da sua comunidade, para a qual mostrou sempre uma grande disponibilidade, Francisco Ferreira exerceu as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira durante três mandatos consecutivos, de dois mil e cinco a dois mil e treze, e em muito contribuiu para a melhoria das condições de vida e de bem-estar dos seus fregueses. O Partido Socialista quer, assim, destacar o trabalho notável desenvolvido por Francisco Ferreira, a sua dedicação e a postura afável para com todos os seus fregueses, sublinhando que a sua perda deixa mais pobre a União de Freguesias de Lamações, Fraião e Nogueira e todos os autarcas que com*

ele tiveram oportunidade de trabalhar. Nas suas atividades não se limitou ao trabalho autárquico mas foi também um exemplar funcionário da Câmara Municipal de Braga que deixa as suas marcas de amigo, solidário e uma forte capacidade de entrega aqueles que com ele se cruzaram nas mais diversas atividades, nomeadamente quando percorreu todo País ao serviço do Município conduzindo Bracarenses em jornadas de lazer, passeio e peregrinação, por isso o seu trabalho é conhecido e reconhecido por todos os Bracarenses até à mais recôndita Freguesia. Em reconhecimento pelo seu contributo para a afirmação da freguesia de Nogueira, pelo seu percurso e exemplo de vida, a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária, exprime o seu profundo pesar pela morte de Francisco Augusto Martins Ferreira e manifesta e endereça aos seus familiares e amigos as suas mais sentidas condolências”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S.D., BENTO DUARTE DA SILVA**, para apresentar mais um **Voto de Pesar** do seguinte teor: “O Engenheiro Adolfo Augusto Morais de Macedo nasceu em Braga em vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e vinte e nove, localidade onde também faleceu no passado dia vinte de março do corrente ano, com noventa e quatro anos de idade. Durante a sua estadia entre nós, o seu percurso de vida foi multifacetado, mas sem dúvida a parte da vida que dedicou à criação e consolidação do Parque Nacional Peneda Gerês (PNPG) é a que entendemos ser a mais relevante, que justifica a apresentação do voto de pesar nesta Assembleia Municipal pelo seu falecimento. Sendo engenheiro silvicultor, de formação e profissão, dedicou a sua vida à Conservação e Proteção da Natureza, em cujo Instituto exerceu a sua atividade profissional, tendo estado fortemente ligado à criação do Parque Nacional Penada Gerês. A inauguração do Parque ocorreu em cerimónia pública realizada no Gerês, em onze de outubro de mil novecentos e

setenta, presidida pelo Presidente da República de então, Almirante Américo Tomás, ainda que a formalização da sua criação só tivesse acontecido no ano seguinte, através da publicação, no dia oito de maio, do Decreto-Lei número cento e oitenta e sete barra setenta e um, acabando por ficar o dia oito de maio de mil novecentos e setenta e um a assinalar a data oficial da fundação do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Conforme esclarece o Dr. Adolfo Morais de Macedo, autor do texto intitulado "Breve nota sobre a história do Parque Nacional Peneda-Gerês", publicado no livro "Comemoração dos cinquenta Anos da Inauguração do Parque Nacional Peneda-Gerês", editado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em outubro de dois mil e vinte, a ideia da criação do Parque remonta ao início do século vinte, defendida pelo Administrador Florestal do Gerês, Tude de Sousa, ao considerar que riqueza natural do território justificava a sua proteção, mas a sua concretização é creditada ao sentido visionário e empreendedor do Engenheiro Lagrifa Mendes, primeiro diretor do Parque (mil novecentos e setenta e um-mil novecentos e setenta e quatro). Na cerimónia de inauguração, em onze de outubro de mil novecentos e setenta, são suas as seguintes palavras: "Nada nos falta nesta região para que possamos dar ao Mundo um Parque Nacional de renome, e, tão somente será necessário que aos homens bons, como soi dizer-se nestas Serras, que foram os pioneiros, se juntem todos os demais que possam dar contribuição positiva a esta obra que hoje se inicia". Ora, um desses homens bons, pioneiros da criação do Parque, foi justamente o Engenheiro Adolfo de Macedo, que na altura era Administrador Florestal de Vieira de Minho, passando a integrar a equipa formada pelo Engenheiro Lagrifa Mendes. É esse homem bom, o Engenheiro Adolfo Macedo, que hoje, aqui, nesta Assembleia Municipal, entendemos evocar formulando um voto de pesar pelo seu recente falecimento. O carácter inovador do Parque Nacional Penada Gerês está

fortemente associado ao Plano Diretor delineado pela equipa pioneira, liderada pelo Engenheiro Lagrifa Mendes, granjeando o reconhecimento internacional, pela criação de novos conceitos, como os de "parque" e "pré-parque", mais tarde substituídos pelas designações de Área de Ambiente Rural e Área de Ambiente Natural, tendo em vista uma integração harmoniosa entre a conservação dos recursos naturais e as populações residentes, bem como populações visitantes, "perfilhando o princípio de que a convivência entre visitantes e residentes poderia ser uma interpenetração de conhecimentos útil a ambos" (Macedo, dois mil e vinte, página vinte). Inovador, ainda, em outros conceitos muito atuais, como o de "Portas do Parque", prevendo-se uma em cada concelho que integra territorialmente o Parque (existindo, atualmente, a de Lamas de Mouro, no concelho de Melgaço; a de Mezio no concelho dos Arcos de Valdevez; a de Lindoso, no concelho de Ponte da Barca; a de Campo de Gerês, no concelho de Terras de Bouro; e a de Montalegre no concelho de Montalegre). Estas Portas foram concebidas como locais de entrada do Parque, espaços vocacionados para a promoção do conhecimento e divulgação dos valores naturais e culturais do território, com funções de acolhimento, informação e encaminhamento dos visitantes). Inovador, ainda, em outros conceitos como o pagamento de indemnizações relativas aos danos provocados por animais bravios, sobretudo do lobo. Para sede dos serviços do Parque Nacional, com base no Plano Diretor, foi escolhida a cidade Braga, por ser o local com melhores condições logísticas para o desenvolvimento do trabalho, e também, por ser, a partir da nossa cidade, que existiam acessos mais rápidos a toda a área protegida do Parque. Por conseguinte, a nossa cidade de Braga funciona para o Parque como uma sexta Porta de entrada, sendo muito requisitada pelos visitantes oriundos do estrangeiro que pretendem informações sobre os locais a visitar no Parque. O Engenheiro Adolfo Augusto Morais de Macedo foi o terceiro

diretor do Parque, exercendo o seu mandato de mil novecentos e oitenta e mil novecentos e oitenta e oito, uma duração de oito anos, o maior de entre os diretores que o Parque já teve. O seu mandato pautou-se por procurar cumprir as linhas estratégicas traçadas no Plano Diretor. Contudo, este período da década de oitenta foi muito marcado por uma grave crise económica e financeira, levando em mil novecentos e oitenta e três à intervenção do FMI (Fundo Monetário Internacional, mil novecentos e oitenta e três-mil novecentos e oitenta e cinco), criando, naturalmente, restrições ao desenvolvimento das atividades do Parque. Contudo, valendo-se da autonomia administrativa e financeira, que já detinha, e das receitas próprias obtidas com a venda de madeira e com a exploração da atividade turística (sobretudo dos parques de campismo), durante o mandato do Diretor Adolfo de Macedo conseguiu-se fazer a manutenção do património existente e avançar para novos equipamentos como os Centros de Interpretação (em substituição, temporária, das "Portas", devido a estas serem mais dispendiosas) de Lamas de Mouro, no concelho de Melgaço, do Mezio, no concelho de Arcos de Valdevez, e do Gerês no concelho de Terras de Bouro), conseguindo, ainda, como preconizado no Plano Diretor, criar o Museu da Ermida, em Ponte da Barca (inaugurado em oito de maio de mil novecentos e oitenta e quatro), abrir novos trilhos sinalizados e adaptar mais casas de guarda a refúgios de montanha. E ainda, já parte final do seu mandato adquirir o edifício localizado na Avenida António Macedo, em Braga, para funcionamento da sede do Parque. O Engenheiro Adolfo de Macedo, na qualidade de Diretor do Parque, deixou-nos um excelente livro sobre o Parque Nacional Peneda Gerês, publicado em mil novecentos e oitenta e seis pelas edições Alfa. É um livro com fotografias lindíssimas de paisagens do Parque, traduzido em várias línguas, com um texto intitulado "Peneda Gerês, uma herança a defender" que traduz a ação deste "homem bom" enquanto esteve ligado ao Parque e que é,

também, um repto para todos nós pois a forma como nos relacionamos com a natureza deve ser um dos maiores desafios das nossas vidas. Assim, reconhecendo o trabalho valioso do Engenheiro Adolfo de Macedo para a criação e consolidação do Parque Nacional Peneda Gerês, reconhecendo o valor deste Parque para o nosso concelho, onde funcionamos como uma verdadeira Porta de entrada internacional e de interligação entre os cinco concelhos cujos territórios o constituem, reconhecendo o valor deste Parque para o nosso país, pois constitui a mais antiga área protegida do país e a única com esse estatuto, tendo celebrado oficialmente o seu cinquentenário no passado dia oito de maio de dois mil e vinte e um, o Grupo Municipal do PSD propõe a esta Assembleia: Um - Manifestar à sua família e amigos a nossa consternação e profundo pesar pelo falecimento do Sr. Engenheiro Adolfo Augusto Morais de Macedo, um "homem bom" que ficará para sempre na história do Parque Nacional Peneda Gerês e na memória dos bracarenses; Dois - Prestar as sentidas condolências, guardando um minuto de silêncio em sua memória; Três - Remeter o presente voto de pesar aos responsáveis do PNPG, a quem queremos agradecer a amabilidade de nos terem recebido e facultado elementos sobre a ação do Engenheiro Adolfo de Macedo, enquanto Diretor do Parque, podendo aí verificar o carinho que os colaboradores do Parque tinham pelo seu antigo Diretor, reconhecendo-lhe um papel fundamental, a par do Engenheiro Lagrifa Mendes, para a criação, consolidação e desenvolvimento do PNPG". Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Foi presente uma **Declaração de Voto**, pela Sr^a. **Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FARNANDES DA COSTA**, que revelava: "O Grupo do Partido Socialista associa-se a este voto de pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do P.S.D., realçando todas as características e qualidade que aqui foram referidas a respeito do Engenheiro Adolfo Macedo e endereça, também, neste

voto os nossos sentimentos ao seu filho que é Vereador na Câmara Municipal, o Dr. Adolfo Macedo”. A Sr^a. Deputada do P.S., **CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES** usou da palavra para apresentar um outro **Voto de Pesar**, que dizia: “Faleceu a dezassete deste mês de abril, José Manuel Dias da Cunha, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Tadim. Nascido na freguesia de Ruílhe a sete de julho de mil novecentos e cinquenta e um, fixou residência na freguesia de Tadim, onde se dedicou também à causa pública em várias áreas sociais. Iniciou o seu percurso autárquico em mil novecentos e oitenta e dois, como membro da Assembleia de Freguesia de Tadim, assumindo em mil novecentos e oitenta e cinco -mil novecentos e oitenta e seis a presidência da Junta de Freguesia, até dois mil e treze, e da Assembleia de Freguesia desde então até dois mil e vinte e um. Verdadeiro democrata, particularmente empenhado na vida da sua terra, para a qual mostrou sempre toda a disponibilidade, em muito contribuindo para a melhoria das condições de vida e de bem-estar da população. O seu trabalho é reconhecido por todos, particularmente por quantos com ele exerceram funções autárquicas: A par do seu trabalho autárquico foi em dois mil e dezasseis eleito presidente da Casa o Povo de Tadim, cargo que ocupava até ao dia dezassete de abril dia do seu falecimento, sempre com especial empenho e preocupações acrescidas, em especial com o bem-estar dos mais idosos quem lhe acalentava o sonho de aumentar as instalações do Lar. Grande parte da dinâmica desta Freguesia pujante como é Tadim passou pela alçada deste grande autarca, nomeadamente as dinâmicas na Escola do segundo e terceiro ciclo de Trigoal Santa Maria e da construção do Pavilhão Desportivo escolar, para além da requalificação do Campo de Futebol ente outras obras incontáveis e impossíveis de nomear aqui. Em reconhecimento pelo seu contributo no trabalho autárquico e social, pelo seu percurso e exemplo de vida a Assembleia Municipal, reunida em

*Sessão Ordinária, exprime o seu profundo pesar pela morte de José Manuel Dias da Cunha e manifesta e endereça aos seus familiares e amigos as suas mais sentidas condolências”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Foi cumprido um minuto de silêncio por todos os votos de pesar anteriormente apresentados. Foi depois presente um Voto de Saudação pelo Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA, que referia: “Há quarenta e nove anos os portugueses libertavam-se de uma longa noite de opressão e privação dos mais elementares direitos. Quarenta e nove anos! Quase tantos como aqueles em que Portugal viveu sob uma ditadura terrível, que isolava não só o país, como os cidadãos entre si. Um 'orgulhosamente sós' que escondia tanto por fazer e tanto por cumprir. A Revolução dos Cravos veio devolver a esperança aos portugueses. A esperança na construção de um futuro melhor. No vinte e cinco de Abril, celebramos uma data histórica para Portugal. Data em que a liberdade e a democracia foram conquistadas após anos de regime autoritário. Graças ao movimento revolucionário liderado pelos militares, Portugal abriu um novo capítulo na sua história, permitindo o fim da censura, a libertação dos presos políticos, a legalização dos partidos políticos e o estabelecimento de eleições livres e justas. Esse momento representou um marco para o país que iniciou assim um caminho de progresso e de desenvolvimento. Citando Winston Churchill: "A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras." E o movimento que levou à Revolução dos Cravos foi um verdadeiro exemplo inspirador de coragem, determinação e compromisso com a justiça e com a liberdade, e que espelha na justa medida a dimensão e o significado da situação atípica em que o Mundo está mergulhado neste preciso momento. Uma luta transversal com uma escala e dimensão global, que é travada diariamente com uma imensa e enorme coragem. Hoje, passados quarenta e nove anos da Revolução de*

Abril e das celebrações em liberdade do Primeiro de Maio - Dia do Trabalhador, data que representa também o início de uma grande luta por direitos e justiça social e que continua bem presente até aos dias de hoje - está mais do que presente também em todos nós a importância do que representam estas duas datas, a nossa história de quase oitocentos anos que é o alicerce fundamental da nossa identidade em relação aos novos desafios que temos pela frente e que são muitos, no que diz respeito a este novo paradigma, que é possivelmente o maior da história da humanidade. Os valores de Abril devem por isso ser preservados e cultivados em todas as esferas da nossa sociedade, conscientes que a liberdade se reafirma todos os dias e a igualdade é a única via para uma sociedade mais justa e fraterna, assegurando que jamais viveremos privados da nossa liberdade. O nosso desígnio é continuar Abril. O vinte e cinco de Abril é um testemunho vivo do poder da democracia e da capacidade de um povo para se unir e lutar por um futuro melhor. É por isso nosso dever continuar a lutar por um mundo cada vez mais justo. Por um futuro melhor para todos. Porque há ainda muito a fazer para cumprir Abril, lutando contra as desigualdades sociais, a discriminação e a exclusão. É nosso dever continuar e vencer esta luta. E é também por isso que enquanto houver práticas que não são dignas dos valores de abril, o PS não calará a sua voz. Não toleramos, nem aceitamos, que quarenta e nove anos depois da Revolução dos Cravos ainda se verifiquem situações no nosso concelho de “bulling” político, como se tem verificado em algumas freguesias do nosso concelho, que em nada honram a nossa cultura democrática e que contrariam a convivência regular e respeitosa que emanam dos valores de Abril. Não aceitamos que se verifiquem situações de apoucamento, de enxovalho político e pessoal, que em nada honram e se coadunam com os valores democrático, num autêntico atropelo aos valores de abril. E isto é a prova de que a Democracia não é um patamar estanque, antes pelo

*contrário, ela evolui, constrói-se e consolida-se diariamente através de todos nós! E todos nós, temos o dever de lutar e impedir que situações destas aconteçam. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia vinte e oito de Abril de dois mil e vinte e três, delibera: Saudar o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, como a data determinante para o fim da ditadura e o início do processo de transição de Portugal para Democracia; Prestar homenagem a todos quantos lutaram contra a ditadura em defesa dos valores que se vieram a materializar a vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro; Prestar homenagem a todas as pessoas que lutaram e que continuam a lutar pelos direitos dos trabalhadores, nomeadamente para que as condições mínimas de subsistência estejam asseguradas a todos os seres humanos, independentemente da sua condição e origem. Quatro - Apelar ao Governo português para que não ceda na defesa de políticas económicas e sociais justas, em defesa dos valores do vinte e cinco de Abril e do Primeiro de Maio. Que este Voto de Saudação seja enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, à Assembleia da República e às Centrais Sindicais CGTP e UGT. Viva o vinte e cinco de Abril e o Primeiro de Maio. Viva a Liberdade". Usou da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para, a propósito, dizer que: "não querendo tomar muito tempo, mas acho que não devemos misturar aqui os planos e às tantas, se a UGT e a CGTP vão receber estes votos e até outras entidades, vão achar estranho o que se passa neste concelho, que ao mesmo tempo que exorta aos valores de Abril, vem dizer que há bulling político nas freguesias, sem as concretizar e sem concretizar e sem concretizar quem são as vítimas e os perpetradores desse tipo de práticas antidemocráticas. E, portanto, o PSD queria aqui deixar claro e vincado que é importante concretizar as acusações que se fazem, até para que os visados, sendo vítimas, se possam emancipar dessa situação de vitimização e para que aqueles a*

quem devemos condenar o comportamento intimidatório, também possam ser conhecidos e os possamos condenar. Não sendo assim, achamos que é apenas gratuidade de violência no discurso político, que não dignifica o vinte e cinco de Abril e não dignifica aquilo que deveria ser um voto que todos nós subscrevêssemos sem qualquer tipo de reserva. Queremos deixar aqui claramente explícito que o Partido Social Democrata se revê naquilo que poderia ser a parte deliberativa deste voto, mas não compreende, seguramente, todo o entorno que vem a propósito ou a despropósito de “bullings” políticos no concelho”. O **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA**, voltou a usar da palavra para dizer que: “em relação ao que aqui foi proferido pelo Sr. Deputado João Marques, o PS quis apenas aproveitar o momento para fazer uma chamada de atenção para aquilo que tem acontecido. Naturalmente que, em relação a esse assunto, os processos já correm nas instâncias próprias, mas o Partido Socialista, para não prejudicar aquilo que é o voto do vinte e cinco de Abril, retirará essa parte do voto apresentado”. Interveio novamente o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para fazer um ponto de ordem à Mesa, referindo que: “julgo que temos que estar todos no mesmo lado, do lado da democracia e do lado da representatividade, traduzida em votos, em mandatos e, neste caso, em tempo, Não havendo tempo para o Senhor Deputado falar e não tendo ele indicado que o outro grupo lhe tinha cedido o tempo, esta intervenção, das duas uma, ou é riscada da ata, ou então, seguramente não a podemos ter em consideração, sem prejuízo de, se assim quiserem, fazerem também um ponto de ordem à Mesa e, se assim for, a vontade do Partido Socialista indicar a retirada justamente desta nota que tem como mais polémica, que nós indicamos, que seguramente era. Mas não queríamos era deixar passar, que não pode vir aqui um Senhor Deputado, seja ele quem for, falar sem tempo”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO**

FILIPPE DIAS MELO PEIXOTO, para revelar que: “o Grupo Municipal do Chega, até uma certa parte do voto, iria votar favoravelmente, naturalmente, porque o vinte e cinco de Abril é uma comemoração de todos os democratas, se bem que nós entendamos que está incompleto, porque não há vinte e cinco de Abril sem vinte e cinco de novembro e essas duas datas devem ser comemoradas em conjunto. Mas até aí concordaríamos que votaríamos favoravelmente. A partir do momento em que o Sr. Deputado fala no endereço dos votos à CGTP e à UGT, não podemos concordar, porque não são eles que lutam por Abril, não são eles só e apenas que lutam pelo povo. Há uma série de instituições no nosso país. Há uma série de cidadãos, individualmente, que lutam diariamente pela nossa democracia e que contribuem para ela. E esta tentativa do grupo municipal do PS, de chamar para si organizações que são conhecidamente de esquerda, não abona a favor dos mesmos. Percebo que a luta desenfreada pela angariação de votos, faz com que tenham a necessidade de ir buscar a UGT, a CGTP e outros afins, para conseguirem algo mais, só que não têm conseguido, que, ainda assim, será manifestamente insuficiente. Portanto, o Grupo Municipal do Chega deixa bem vincado que se associa à comemoração do vinte e cinco de Abril, enquanto democratas que somos. Em relação ao voto, será abstenção, porque não concordamos com o envio à UGT e à CGTP deste mesmo voto”. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou que a Mesa tinha entendido que tinha sido interpelada para um pedido de alteração ao voto apresentado e daí a sua autorização para o fazer. A proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado do P.S.D., João Filipe Monteiro Marques, foi aceite. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade, com a declaração do Grupo Municipal do Chega de que não votava a saudação.** O Sr. Deputado do P.A.N., **TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** procedeu à apresentação de uma

Declaração de Voto, destacando que: “o P.A.N. irá continuar a celebrar Abril, aqui, e nos outros municípios do nosso país e em várias Assembleias de Freguesia, onde possui representação política e onde temos desenvolvido um trabalho incansável na promoção e defesa das pessoas, dos animais e da natureza. E esta é também a importância de Abril, a capacidade de inspirar-nos e convocar-nos não só a defender a liberdade e a democracia, mas também a trabalhar para construir um futuro para todos e para todos e para as gerações que nos seguirão, fazendo pontes e construindo soluções com a sociedade civil, pelas causas que nos devem mover a todos, numa ação reformista e civilizadora da sociedade portuguesa. Continuaremos, assim, a preservar a memória viva deste momento histórico, lutando sempre por uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais livre. Continuaremos a celebrar Abril. Continuaremos a cumprir Abril sempre. Viva a liberdade!”. Foi depois presente outra **Declaração de Voto**, agora pelo **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, salientando que: “Será consensual entre todos que o vinte e cinco de Abril é das datas mais marcantes do nosso país. Como sabemos, no vinte e cinco de Abril inicia-se o processo de transição para a democracia em Portugal e que se concluiu a vinte e cinco de novembro de setenta e cinco. A liberdade não tem donos e constrói-se todos os dias. É um processo constante. Foi o vinte e cinco de Abril que nos permitiu estar aqui e agora. Mas numa cidade em que se assinala o Dia Mundial da Obesidade, o Dia Mundial do Turismo, até o Dia da Europa, não é admissível que se esqueça um dos dias mais importantes da nossa história. Braga foi notícia, mas pelos piores motivos. Na RUM escrevia-se “no quadrilátero urbano, apenas Braga não tem sessão solene de vinte e cinco de Abril”. O ano passado realizou-se uma sessão com jovens dos diferentes partidos, com assento na Assembleia Municipal. Elogiamos a iniciativa. Assim, verificamos que nuns anos

comemora-se, noutros não. Não faz qualquer sentido. O nosso apelo é vinte e cinco de Abril em Braga Sempre”. Passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA NORBERTA DE ABREU FERREIRA GRILO**, para proceder à apresentação de um **Voto de Saudação** do seguinte teor: “Há cinquenta anos, no Primeiro de Maio de mil novecentos e setenta e três, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em muitos locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. Menos de um ano depois, chegou o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical. As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o Primeiro de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração

*justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida em sessão ordinária em vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, delibera saudar: O quadragésimo nono aniversário do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e o Primeiro de Maio, o Dia Internacional do Trabalhador; Todos os que combateram a ditadura do Estado Novo, os que contribuíram para a concretização do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, e os que se empenham pela proteção e aprofundamento da democracia, das liberdades, direitos e garantias do povo; Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração”. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, para apresentar uma **Recomendação** que começava por revelar: “dois mil e dezanove. Gabriela Monteiro, quarenta e seis anos. Esfaqueada com dez golpes em casa, na cidade de Braga, pelo ex-marido. Dois filhos ficaram sem mãe. Gabriela é um nome conhecido, pela sua ligação ao Teatro Circo e à cidade de Braga, mas é apenas uma das muitas vítimas de violência doméstica em Portugal. A APAV registou em dois mil e vinte e um uma média de cinquenta e quatro casos de violência doméstica diários. Sim, senhoras e senhores deputados, cinquenta e quatro casos por dia! Mas apenas uma pequena percentagem de casos chega às notícias por terem atingido um grau de gravidade máximo, quer seja homicídio ou tentativa de homicídio. Na sombra existem ainda muitas vítimas a sofrer diariamente nas suas casas, pelos seus companheiros, sempre na esperança que nunca venham a ser notícia. Em mais de metade dos casos há antecedentes de agressões e quarenta por cento das vítimas já haviam*

apresentado queixa contra o agressor. Este continua a ser um flagelo no nosso país. Continuamos a falhar todos, enquanto comunidade/sociedade, quando olhamos para o lado aos sinais que as vítimas dão, ou quando estas ganham finalmente a coragem de pedir ajuda e as entidades tomam as dores do agressor, escusando-se a agir e deixando muitas das vezes também crianças expostas a esta violência. A história mostrou-nos o longo e difícil caminho que as mulheres têm vindo a fazer no combate pela igualdade de género. Falamos de igualdade salarial, na consciencialização da distribuição das tarefas domésticas, na proteção na violência doméstica e no tratamento das queixas, quer a nível criminal, quer a nível social, na segurança física local ou na confiança no acesso a tratamentos de saúde. A nós homens, resta-nos estar ao lado destas Mulheres na luta por todas estas áreas que não podem ser minoradas e devem nortear aquilo que deveria ser um desígnio local de pugnar pela paridade de importância na nossa cidade e a luta pelos direitos das mulheres, num desafio de todos, porque somente juntos poderemos criar uma sociedade verdadeiramente igualitária e justa. Esta igualdade e reconhecimento pode e deve começar nas nossas ruas. Assim, e numa cidade onde menos de quatro por cento dos nomes de ruas são de mulheres (dados retirados WEBSIG), e no sentido de reconhecer e enaltecer o trabalho de todas as mulheres de Braga, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Braga delibere, na sua Sessão Ordinária de abril, recomendar ao executivo da Municipal que promova a Atribuição da Designação “Rua Mulheres de Braga” a uma via da cidade. Queremos com esta medida mostrar à sociedade civil o empenho local na igualdade de género, valorizando também os particulares e associações sociais como a Mulheres de Braga no seu trabalho diário no tema”. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. A **Sr^a. Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA** apresentou uma **Declaração de**

*Voto do seguinte teor: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta recomendação do PAN, porque tudo aquilo que foi dito, subscrevemos na íntegra, porque aquilo também que for feito para fazer diminuir este flagelo que ainda invade a nossa sociedade, é sempre bem feito e, logo que possível, a atribuição desse nome a uma rua sirva, pelo menos, para quem lá passa, lembrar-se e também transmitir esta informação e se lembre destas histórias terríveis que ouvimos contar todos os dias. Por isso, que o nome desta rua sirva, como disse, para enaltecer o trabalho de todas as mulheres do concelho e talvez do país”. O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES interveio para apresentar uma outra **Declaração de Voto** que dizia: “que o PSD se associa, naturalmente, a este voto e a esta recomendação e queria também expressar aqui o entendimento que temos que o vinte e cinco de Abril, para além da liberdade de votar, deve-nos ter trazido também uma liberdade de pensar, que não se deve ditar apenas pelas ditaduras políticas, mas também por este tipo de ditaduras, que não podem continuar e que assolam as famílias portuguesas, as mulheres, os filhos, como aqui foi dito, os mais velhos, muitas vezes de acordo com a orientação sexual, muitas vezes também, sendo esse o motivo pelo qual a violência doméstica ocorre ou deixa de ocorrer, as filiações mais ou menos conhecidas das pessoas a determinadas causas e a determinadas preferências que têm. E portanto, no grupo parlamentar do PSD, entendemos que o vinte e cinco de Abril também deve simbolizar, e acho que esta data foi bem escolhida pelo PAN, para simbolizar essa libertação de uma outra ditadura, de um outro tipo de ditadura, que acaba também por flagelar não só as famílias e as pessoas, como também as mentalidades. Espero que essa rua seja uma via aberta e uma via aberta que permita, independentemente do nome, ser este ou outro e o PSD não está propriamente, ou não se sente propriamente vinculado a este nome, mas se o P.A.N. fazer muita questão, que seja este o nome*

da rua, também não será por aí, mas acima de tudo, como disse, que seja uma via aberta e uma via aberta por onde nós todos passemos e nos lembremos que é preciso fazer cumprir também este desiderato no dia a dia e não apenas esquecermo-nos com meras evocações. Este é, de facto, um flagelo grave, um flagelo que continua a assolar a sociedade portuguesa e é uma ditadura que também tem que acabar”.

Outra Declaração de Voto foi presente, agora pelo **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, que dizia: “O P.P.M., obviamente, associa-se à proposta do P.A.N.. Tive a oportunidade de falar com o Tiago sobre este tema no decurso desta Assembleia. O P.P.M. tinha proposto, aquando do caso da vítima Gabriela Monteiro, uma escultura no local onde ela faleceu, em que essa escultura homenageasse as vítimas de violência doméstica. Continuo a achar que era uma boa medida, porque tem mais impacto do que o nome de uma rua, mas uma coisa não é associável da outra e portanto, podem-se propor as duas situações. Quanto ao nome da rua, a minha opinião é que as ruas devem ter nomes e as ruas devem ter nomes de mulheres e deve haver um esforço para que haja uma equidade maior no número de ruas e, se calhar, ter uma propensão para colocar mais nomes de mulheres nas ruas. E não sei até que ponto é que não era mais fácil colocar a rua Gabriela Monteiro e em baixo escrito vítima de violência doméstica”. O **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, usou da palavra para apresentar uma **Recomendação** que referia o seguinte: “A lei cinquenta e nove barra dois mil e vinte e um de dezanove de agosto estabelece o regime jurídico de gestão do arvoredo urbano. Pretende-se com este regulamento clarificar o modo como devem ser tratadas as árvores existentes nas áreas públicas e ainda a forma como devem ser realizadas as podas, as manutenções, os abates e outras intervenções no arvorado urbano. Relembra-se que esta é uma responsabilidade exclusiva

municipal, à qual se exige também a criação de um regulamento municipal de gestão do arvoredo que deverá ser submetido à aprovação desta Assembleia Municipal. Este regulamento, quase três anos depois, ainda não foi concretizado. Em trinta de dezembro de dois mil e vinte e um foi apresentada, neste órgão, uma recomendação sobre a problemática do arvoredo urbano que, nessa data, foi aprovada pela maioria dos deputados, mas que teve poucos desenvolvimentos desde então. Em Braga, existem, desde há muito tempo, graves problemas relacionados com esta área. Entre os problemas mais significativos temos as "podas radicais" feitas durante muitos anos, que causaram danos às próprias árvores e que as tornaram frágeis tendo como consequência o levantamento de raízes, que degradaram e danificaram gravemente o espaço público (vias, passeios e propriedades particulares), e o aumento da matéria orgânica pelo aumento da folhagem. Para além disto a escolha das espécies (como liquidâmbares ou espécies similares) que foram plantadas em muitos locais, foi absolutamente inadequada o que levou à existência de várias doenças e problemas nas próprias árvores que causam hoje a queda/quebra de ramos sobre pessoas e bens e inclusive a queda das próprias árvores em diversos locais. Apesar de todos defendermos a existência árvores e termos consciência da sua grande importância, tal não pode colidir com pressupostos de coexistência com a mobilidade de pessoas e com a segurança das mesmas. Hoje o problema, em Gualtar, mas em muitos outros locais do concelho, atingiu uma situação inaceitável sendo considerada pelos próprios técnicos do município, uma das mais graves situações do distrito. Não podemos continuar indiferentes, a esta questão, nem prolongar mais no tempo os efeitos destes erros e destas más decisões. Por toda a freguesia de Gualtar, e um pouco por todo o concelho de Braga, temos árvores plantadas no meio de passeios, no meio da via pública e em outros locais que impedem a mobilidade pedonal, ciclável e automóvel

com danos patrimoniais de vários milhares de euros no domínio público e com consequências significativas no património privado. Tais situações são, por isso, inaceitáveis fazendo colidir com a indispensável necessidade da existência de vegetação no espaço público com a imprescindível indigência de circulação e mobilidade. Temos carros que há dois anos não entram em garagens e temos pessoas com problemas de mobilidade quase impedidas de sair à rua no seu dia-a-dia. Urge, por isso, levando em conta os constrangimentos legais em vigor na referida lei, que sejam tomadas medidas urgentes de resolução deste conflito. Assim, considerando a problemática descrita e o rigoroso cumprimento da Lei recomenda-se ao Município de Braga: Que seja criado de imediato um formulário, a disponibilizar através do Balcão Único Municipal, para que os cidadãos ou grupos de cidadãos possam reportar diretamente as situações que estejam a provocar graves consequências na sua zona habitacional e/ou no seu património e no qual sejam remetidas imagens e ainda detalhadas as situações existentes; Que caso existam mais de dois terços de assinaturas de moradores (da mesma rua) o Município de Braga, num prazo máximo de sessenta dias, proceda à elaboração de um relatório técnico detalhado e ao levantamento dos danos existentes nessa data (públicos e privados) provocados pelas árvores nas infraestruturas de gás, eletricidade, águas, saneamento, comunicações entre outras, incluindo as do património privado, com vista à elaboração (pelos técnicos municipais) de um caderno de encargos e um orçamento destinado ao abate, à substituição e à reparação dos danos, repondo desta forma a regularidade e a normal circulação de pessoas; A abertura subsequente de concurso público com vista à execução municipal da intervenção, num prazo máximo de cento e oitenta dias, ou em alternativa a delegação desta tarefa e do respetivo concurso na respetiva junta de freguesia”. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE

MONTEIRO MARQUES, para revelar que: “Relativamente a esta proposta, o que nos apraz dizer e percebendo a problemática do arvoredo, já tivemos a oportunidade de falar com o Senhor Vereador na Comissão Especializada para o efeito, onde, entre outras matérias, se abordou esta questão e, tanto quanto sabemos, não sei se entretanto houve evoluções, mas até ao final do ano passado não tinha havido ainda a publicação do Guia de Boas Práticas, que era necessário por parte do Governo para que, entre outros, o município de Braga também pudesse proceder à regulamentação no seu município com base nessas boas práticas. Ainda não houve nenhuma evolução. Portanto, acho que nisto também não podemos propriamente culpar o município, não ter avançado para uma coisa que ainda não está definida nem determinada. Ponto número dois, relativamente às propostas concretas que aqui estão, sem prejuízo de haver uma orientação focada relativamente a este problema das plataformas do município, o município já tem bastantes plataformas, por via das quais os munícipes podem fazer reportar esse tipo de problemas ou outros que existam e não nos parece essencial criar uma nova. Por outro lado, a questão vinculativa de, por mero efeito da existência de dois terços de moradores que se consideram muito legitimamente prejudicados pela existência de uma árvore que lhe cause danos à propriedade, estarmos como Assembleia Municipal, a vincular-nos a recomendar ao Município que as abata ou que estruture um projeto para o abate e para a indemnização dessas mesmas árvores, parece-me excessivo, relativamente àquilo que nós estamos a dizer e é até contraditório, porque dizemos, de um lado, e bem, que haja regulamentação, que haja um regulamento municipal, que esse regulamento municipal respeite esta lei e respeite esse guia de boas práticas, mas depois não podemos dizer porque há dois terços de moradores a dizer para se abater uma árvores, pois então que se abata. Isto não me parece compaginável. O que deve existir, obviamente é, do ponto de

vista técnico, uma avaliação das situações, quando isso ocorra, sejam dois terços, seja um morador, às vezes um morador é mais do que basta, para que a situação seja gravosa e mereça a atenção do município e mereça uma resposta qualificada. Essa resposta qualificada não tem, necessariamente, que passar pelo abate. Isto volta à discussão que temos tido e que convoca todos os senhores deputados e todos os membros desta Assembleia para a tensão que existe sempre entre a proteção do ambiente e a proteção da propriedade privada. Da nossa parte, não estamos preparados para dar um passo maior que a perna e aprovar uma recomendação que diga isto mesmo, que nos parece, por um lado, contraditório e, por outro lado, não assente puramente no aspeto técnico que se preservaria se se aprovasse a primeira parte da recomendação, que é, avance-se para a regulamentação, aja-se de acordo com a regulamentação, apesar de acharmos que o município já deu passos larguíssimos para a melhoria, relativamente a tempos passados, nesse aspeto, estamos muito melhores, mas, por essa razão, percebendo as preocupações, aceitando que existem situações problemáticas, julgamos é que não é esta a melhor maneira de resolver esse tipo de problemas”. **O SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA** voltou a usar da palavra para referir que numa parte da recomendação era exatamente isso, que deveria ser feito um relatório técnico, comprovando o problema e a inadequação da espécie àquele local e àquilo que era o dano que estava a ser causado. Qualquer dos modos, há dois anos, mais de dois anos que aguardavam um regulamento e havia pessoas que continuavam a não entrar em casa. Havia pessoas que continuavam a não no poder circular na rua. Portanto, o que estavam ali a dizer aos cidadãos, eventualmente, se a recomendação não passasse e se essa medida não fosse tomada, era que os Deputados Municipais consideravam que o problema poderia continuar e não podia continuar. “Por muitas soluções que

foram preconizadas pelo Município, e foram. O Senhor Vereador esteve comigo em alguns locais. Estivemos a ver as situações. Há claro, é óbvio, um problema de legislação que nos impede de fazer um abate indiscriminado. Isso não foi pedido na recomendação, mas que seja feita uma análise técnica e que, nos motivos justificados que a lei prevê, se faça a substituição da espécie e, portanto, é isso que se pretende. Obviamente que, não existindo no município, um caminho próprio para a resolução disto, é bom que se crie um formulário onde se identifique claramente qual é o problema, que não é um problema numa via, é o problema de uma árvore em concreto, ou é um problema do arvoredo em concreto e isso não está assegurado. Não podemos continuar, e continuo a receber reclamações quase diárias e semanais, muitos dos nossos Presidentes de Junta recebem todas as semanas, e muitas vezes, reclamações sobre isto. É urgente que alguém ataque o problema. Trouxe a solução. Poderá não ser esta, mas a resposta deveria ser uma alternativa a esta solução, não dizendo aos cidadãos, que não temos regulamento, porque não sabemos quando é que vamos aprovar e, por isso, têm que esperar. Se é isso que querem transmitir aos cidadãos, que fique registado”. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada com vinte e cinco votos contra, com dezassete abstenções e com vinte e nove votos a favor**. Passou-se à apresentação de uma **Declaração de Voto pelo Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MNTEIRO TEIXEIRA** que referia:” Não, o P.A.N. não quer que abates de árvores como João Marques estava aqui a referir. Temos uma diferente interpretação relativamente ao regulamento do arvoredo urbano. Consideramos que o mesmo já deveria ter avançado, independentemente do Guia de Boas Práticas do ICNF e não do Governo, que já deveria ter chegado à Câmara Municipal. Obviamente é também o Governo, que não é da cor da maioria desta Câmara Municipal, e também não está a proceder da melhor forma, mas de qualquer maneira é mesmo

por essa questão. Existem várias situações que diariamente nos chegam pelos Presidentes de Junta, de situações que têm que ser resolvidas e que caso existisse um regulamento do arvoredo urbano, já teriam um respaldo, quer técnico, quer legal, que seriam muito mais rapidamente resolvidas”. O Sr. **Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** passou a apresentar uma outra **Declaração de Voto**, referindo que: “o Partido Socialista votou favoravelmente esta recomendação, porque é um princípio básico naquela que deve ser a atuação do Município, é servir as suas populações. E, portanto, perante um problema, não o podemos escamotear e não podemos fazer com que a resolução do problema se dilate no tempo, porque efetivamente há um prejuízo notório dos cidadãos e o Município serve exatamente para isso, serve para resolver os problemas aos cidadãos. E, ao contrário do que aqui foi dito na recomendação apresentada pelo João Paulo, não se tratava de abater indiscriminadamente as árvores. Aliás, no relatório que os técnicos da Câmara iriam fazer, naturalmente eles iriam arranjar uma solução que passaria, nomeadamente, está lá escrito, pela substituição da árvore por uma mais amiga daquilo que são as condições citadinas ou urbanas. E todos conhecemos que este é um flagelo em todo o concelho e a culpa não é da Câmara. Aliás, não vi na recomendação qualquer ato de hostilidade ou de reprovação por parte do município. O que há é a constatação de uma situação que é preciso atacar com urgência, respeitando naturalmente a natureza, as árvores. Sabemos que elas são importantes para todo o conceito de uma cidade, mas temos cidadãos que sofrem imenso com este problema, e sofrem quer nas suas deslocações, quer também naquilo que é a utilização da sua propriedade, nomeadamente na entrada de garagens, na saída de garagens. E, portanto, não se trata aqui de uma situação de somenos importância. É uma situação que todas as freguesias registam, desde Merlim São Pedro até São Pedro d'Este, passando por

*Padim da Graça, há esta situação. A culpa não é da Câmara, mas a Câmara que está em funções tem que a resolver e não pode esperar por um guia de boas práticas. Esta Câmara, que se ufana, por vezes, e com razão, de que está à frente daquilo que é feito noutros sítios, poderá também ter aqui uma boa prática, ultrapassando e evitando até as boas práticas do ICNF, recorrendo a elas e utilizando boas práticas para o efeito”. Seguiu-se a apresentação de mais uma **Recomendação**, pelo **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, que começava por dizer que: “Tivemos conhecimento, pela comunicação social local, há poucas semanas, que um menino da nossa cidade, com incapacidade motora e intelectual, ficou impedido de utilizar as piscinas da Rodovia. Os balneários não estavam preparados. O menino tinha que ir para o balneário com a presença da mãe e ficou nesse dia sem usufruir da piscina que necessita para o tratamento. O município arranjou uma solução alternativa temporária, com a boa vontade dos professores e monitores, que foi a utilização do balneário destes. Parece-nos uma medida que resolveu momentaneamente, mas ainda assim insuficiente. A dignidade destas pessoas e destas crianças merece muito mais do que uma solução provisória, uma situação meramente temporária. É inequívoco que o governo atual pouco ou nada faz para pessoas que têm necessidades especiais, têm necessidades de mobilidade e é conhecido de todos que o governo, através do Ministério da Coesão, pouco ou nada fez. No entanto, parece-nos que é de todo produtivo recomendarmos ao Município de Braga que se substitua à função do executivo central e que crie, finalmente, condições para que Braga seja, definitivamente, uma cidade inclusiva e uma cidade amiga das pessoas com deficiência”. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** fez um ponto de ordem para perceber o que iriam votar e o que se iria recomendar à Câmara Municipal. O **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** usou da palavra para*

dizer que a recomendação foi clara. Recomendaram ao Município, que se substituísse ao poder central e que criasse as condições, não só no Complexo da Rodovia das Piscinas, mas em todos os espaços do município, que se criasse as condições de acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada com onze votos contra, com quarenta e seis abstenções e com sete votos a favor.** O **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS SÃO JULIÃO, JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA**, apresentou uma **Declaração de Voto**, salientando que: “obviamente estavam preocupados se essa falta de acessibilidade existe. Se existe, deve ser corrigida. E se a recomendação fosse para que a Câmara corrigisse essa irregularidade, obviamente que votaríamos a favor. Agora, recomendar para que recomendemos à Câmara, que se substitua ao governo numa competência que é municipal, o Senhor devia ler aquilo que aqui se propõe, porque na verdade, os equipamentos municipais estão sujeitos a regras, a regras de licenciamento e as regras são bem conhecidas e quem permite a utilização tem que garantir que as regras estão a ser cumpridas na altura da construção e permanentemente na utilização. Por isso, nada contra a que o direito de pessoas com necessidades especiais seja salvaguardado. Apenas não podemos recomendar a quem não tem competência nisto, para que faça aquilo que outros devem fazer”. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** apresentou outra **Declaração de Voto** em que destacava: “que o grupo parlamentar do PSD acabou por não perceber muito bem a intenção que estava aqui expressa na recomendação, porque das duas, uma, do que percebemos, o Município já providenciou para uma solução, mais ou menos provisória, mas terá providenciado uma solução. E se não o fez, ou estaria a cometer algo de ilegal, porque se estaria a substituir numa competência direta do Estado Central sem ter essa vocação, ou então, sinceramente, não

percebemos o que é que se estava a votar. E por essa razão, por não ter sido claro, não temos nada contra que se aumentem e que se incrementem as potencialidades dos equipamentos municipais, nomeadamente ao nível das acessibilidades, sobretudo para pessoas com necessidades específicas, agora, temos que saber exatamente ao que vamos e ao que estamos a votar aqui nesta Assembleia e claramente não sabíamos e, portanto, a única opção lógica que tivemos foi a da abstenção”. **Interveio o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** para, noutra **Declaração de Voto** revelar que: “votei ao contrário daquilo que foi o voto do meu partido, percebendo exatamente o sentido de voto do Partido Socialista. Mas, por uma questão de consciência e vivência, tinha que votar a favor, por solidariedade com aquela criança e com todas as pessoas que têm dificuldade de mobilidade. Aliás, também poderia fazer uma recomendação para que este auditório tivesse uma rampa, para que as pessoas com dificuldade de mobilidade, não tivessem que subir umas escadas e pudessem subir uma rampa, como faziam aqui há muito tempo. Percebo que muitas vezes estas questões são muito importantes. Mas venho aqui para dizer que votei favoravelmente, porque como essa criança, também eu sinto algumas dificuldades e também sou utente da piscina. Mas também percebo que às vezes podemos ir melhorando as coisas, carreando para o município críticas que sejam construtivas e esta também poderia ser uma crítica construtiva. O que não admito, e não votei favoravelmente por isso, é o oportunismo com que o Deputado do Chega faz as suas intervenções, confundindo tudo e todos. Aliás, é uma prática comum, vêm aqui na insídia, na mentira, na perversão daquilo que é a realidade. Dizer que uma piscina municipal, que até foi construída na altura em que eu era Vereador do Desporto, dizer que a Câmara tem de se substituir ao poder central, para resolver este problema, é confundir o toucinho com a velocidade. E, portanto, aconselho o Sr. Deputado a

efetivamente desligar esse ódio que tem o Partido Socialista, que não o deixa ver. O Senhor com esse olho ainda vê menos do que eu”. O **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** voltou a usar da palavra para dizer que: “se os partidos que intervieram aqui, não perceberam, ou não fizeram um esforço para perceber a analogia, não é problema meu. Quando falo no Executivo substituir-se ao poder central, digo na falta de legislação que há sobre esta matéria no poder central. E isso, é claro. A norma que havia de dois mil e sete, foi revogada e como foi revogada, não há lei que regulamente esta temática. Portanto, se não perceberam, também não fizeram um esforço, nem pediram para perceber. Em relação ao que o Sr. Deputado do Partido Socialista disse agora, vou-lhe dizer uma coisa muito simples, não admito essas palavras do Senhor, porque vir aqui dizer que é mentira, o Senhor devia moderar-se, porque o meu nome não é João Galamba, esse sim, mente a onze milhões de portugueses, e em direto. Portanto, aqui o Senhor não vai dizer mentira, porque mentir, mentiu o Senhor e o seu executivo, durante muitos anos, quando tínhamos cá o Engenheiro Mesquita Machado, e aí é que nós vivemos de muitas mentiras. Portanto, não lhe admito lições dessas, eu não andei com o Senhor na escola e não lhe admito essas considerações. Não andei com o Senhor na escola, nem na piscina, e de onde o Senhor vem, já eu de lá venho e a ver muito mais ao longe”. A palavra foi novamente dada ao **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para responder: “O Senhor Deputado da Assembleia da República, Filipe Melo e membro desta Assembleia, pelo Partido Chega, veio aqui fazer afirmações perfeitamente gratuitas e, portanto, deveria concretizá-las, em que momentos é que eu menti, porque se não o fizer, o Senhor acaba por ser, realmente, um mentiroso. E reafirmo tudo o que disse, porque aquilo que o Senhor veio aqui fazer foi um exercício de aldrabice pura, porque aproveita todos os momentos,

como fez agora, chamando aqui alguém que nada tem a ver com esta discussão, denotando exatamente o seu berço que, se calhar, até foi de boa madeira, mas que efetivamente navegou em águas mais negras. Porque estamos a conversar, aqui, sobre uma questão, que o Senhor aqui veio trazer, relativamente a responsabilizar a administração central e agora fala, na falta de legislação relativa a esta matéria. A ignorância até se pode desculpar, a estupidez é que não. O Senhor deveria como Deputado à Assembleia da República, perceber que há legislação que chegue e sobre, relativamente ao derrube de barreiras arquitetónicas. O próprio licenciamento dos espaços, hoje, exige acessibilidades, exige instalações, para pessoas com deficiência e tudo está previsto na legislação. Portanto, em vez de vir para aqui, insultar de forma gratuita, como o fez, deveria fazer aquilo que disse, que já vem não sei de onde. E vou dizer-lhe, o Senhor veio não sei de onde, e eu espero que efetivamente vá para esse sítio de onde veio, porque aquilo que nos vem trazer, já não interessa a ninguém”. O **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** voltou a intervir para dizer que: “o Senhor não me vai falar em berço, porque, graças a Deus o meu berço deve ser muito melhor que o seu, pelo menos não é socialista, não está associado a imensos casos. A baixezça que o Senhor teve aqui, com estupidez, com palermice e não sei que mais, sabe uma coisa que eu lhe digo? Tenho muito mais respeito que o Senhor, apesar de muito menos idade. E o Senhor aprenda com os mais novos, a respeitar, mais do que as pessoas, a respeitar a instituição que o Senhor está aqui a representar e o Senhor não é digno do lugar que ocupa, pelas palavras que proferiu. Faça um favor a si, à sua bancada e a esta casa, demita-se e não apareça cá mais”. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** disse ser lamentável a presente situação. A **Sr^a. Deputada do Partido Socialista, CATARINA LOURENÇO RIBEIRO** usou da palavra para numa **Declaração de Voto** informar que a sua declaração de voto não

se tratava de uma declaração de voto individual, mas sim de uma declaração de voto conjunta dos Deputados da bancada do Partido Socialista que se abstiveram. “E, de facto, depois de ter assistido, ao desvirtuar de uma discussão tão importante como a acessibilidade de uma criança com necessidades específicas, queria só esclarecer que, à semelhança do Deputado João Marques, os Deputados que se abstiveram da bancada do Partido Socialista também ficaram bastante confusos sobre aquilo que estavam a votar, designadamente na parte da substituição do Governo central e da autarquia. E, portanto, só dar esta nota porque alguns de nós, com a liberdade que nos é dada no mandato que exercemos, votamos num sentido ligeiramente diferente da bancada”. Outra **Declaração de Voto** foi presente, agora pela **Sr.^a Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, que mencionava: “à semelhança dos outros grupos parlamentares, também ficamos na dúvida do que é que era para votar e, portanto, penso que o problema foi precisamente não haver algo escrito, que tenha sido apresentado com tempo à Mesa. Acho que devia ser regra. No entanto, não podemos deixar de votar a favor, uma vez que, como é sabido, a C.D.U. tem estado ao lado desta luta dos pais pela inclusão e pela melhoria da qualidade de acesso e de sucesso, também, destas crianças e, portanto, daí o nosso o nosso voto”. Passou-se depois à apresentação de uma **Moção** pelo **Sr. Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA**, que dizia: “Pelo redirecionamento dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para uma resposta às necessidades identificadas pelo Município de Braga. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa financiado pela União Europeia, com um período de execução até dois mil e vinte e seis, ou seja, pouco mais de dois anos. O PRR não interfere com o Orçamentos de Estado e é independente dos outros programas, o Portugal vinte vinte, ainda em curso e o Portugal vinte trinta, que incompreensivelmente, tarda em arrancar. É a

oportunidade, que Braga tem para responder às necessidades, para as quais depende integralmente de financiamento comunitário. Segundo o relatório de execução do PRR da passada semana, foram pagos apenas, um vírgula sete mil milhões de euros dos dezasseis vírgula seis mil milhões de euros da sua dotação inicial, ou seja, uma execução de onze por cento. De salientar também, que deste montante, apenas cento e dezanove milhões foram pagos para projetos propostos pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e dos trezentos e oito concelhos. É manifestamente pouco, para Braga, pouco mais de trinta milhões de euros. Um concelho que cresceu na população, que é dos maiores contribuintes para a administração central e, na última década, praticamente não tem investimento do governo. Braga apresentou uma série de projetos, cujo mérito foi amplamente reconhecido, nomeadamente a transformação da devoluta fábrica confiança numa residência universitária, a construção de uma nova Etar no concelho, as intervenções profundas para a melhoria da mobilidade em Braga, que incluem o BRT. Sabemos que não é suficiente, precisamos de resolver o problema de deslocação dos concelhos a Norte e a Sul, que não tem opção, têm de passar pelo centro de Braga. A solução passa pela variante do Cávado; na sua ligação de Frossos a Ferreiros e à autoestrada, que deve ser incluída nas opções políticas do governo. Braga tem feito um trajeto notável na mobilidade sustentável. O mais recente prémio Nacional de Sustentabilidade, para o Pacto de Mobilidade Empresarial de Braga, na categoria 'Mobilidade Sustentável', deve de ser considerado, como um compromisso do concelho. O PRR deve apoiar o envolvimento das empresas na promoção da mobilidade corporativa. O protocolo dos TUB e da Casais, é um bom exemplo, o seu alargamento a outras empresas, deve de ser apoiado. O PRR apresenta-se, também, como o instrumento de apoio à transição climática, e para isso muito contribuem a eficiência energética dos

*edifícios públicos, que devem ser intervencionados, mas também o reforço efetivo dos apoios ao combate da pobreza energética. Pouco se tem falado da transição digital, que é prioritária para a EU, e na minha opinião a mais impactante, especialmente na cibersegurança e na disponibilização de serviços digitais aos munícipes. Há seguramente outras áreas que exigem ser enquadrados no PRR e refiro-me em particular às escolas. São comuns as queixas sobre as condições das algumas escolas, que, na sua maioria, são responsabilidade do governo. Neste sentido, apelo a que deem força a esta moção, reforçando o compromisso desta Assembleia Municipal para com os Bracarenses. Assim, propomos que a Assembleia Municipal delibere: Exigir ao governo que avalie as necessidades apresentadas pelo Município de Braga, no sentido de as incluir, com carácter de prioritário, no plano de investimentos do PRR; Enviar esta moção para a mesa da Assembleia da República e para todos os Grupos Parlamentares nela representados, para o Governo, e para a Associação Nacional de Municípios Portugueses”. Posta à votação, foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Usou da palavra o Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para numa **Declaração de Voto** salientar que estavam ao lado daquela proposta e dizer que também os membros do Conselho Intermunicipal e da Assembleia Intermunicipal da C.I.M. do Cávado, aprovaram justamente, ainda a semana passada, uma moção que ia muito nesse sentido, sobretudo na estratégia para a mobilidade e na possibilidade, não só no PRR, mas também dos fundos do Portugal vinte trinta, poderem ser reafectados, aqueles que já não iam para o projeto BRT, aos projetos de mobilidade nesta região e, nomeadamente, do Quadrilátero, não sendo necessariamente por aí que se tivessem que deter e ficar. E, por outro lado, também na preocupação com a cibersegurança e com os serviços digitais que o grupo do Partido Social Democrata também tinha repetidamente tido*

*oportunidade de sensibilizar a Câmara Municipal nas propostas que ia apresentando para cada orçamento anual, justamente porque entendiam que era um domínio cada vez mais sensível à atividade, não só das entidades privadas, mas sobretudo das entidades públicas, quer na interação com os cidadãos, quer sobretudo na valorização e segurança dos ativos que estavam do lado das Câmaras Municipais. E, para isso, era também importante ter uma atenção dedicada e, obviamente, a participação, sempre que possível, de fundos comunitários, para incrementar esse nível de resposta”. O Sr. Deputado do P.A.N., **TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** apresentou uma **Declaração de Voto**, dizendo que subscrevia aquilo que o Sr. Deputado Carlos Vaz disse, precisávamos de investimento, mas mais do que investimento precisávamos de respeitar o dinheiro, precisávamos de respeitar o nosso dinheiro e o dinheiro de quem colocava ali dinheiro. Neste momento, a cidade era um pandemónio a nível de mobilidade. Não tínhamos qualquer tipo de obras na cidade, neste momento, e queríamos fazer um túnel na Avenida da Liberdade, um BRT, o nó de Infias, a variante Ferreiros, queríamos fazer tudo ao mesmo tempo e para ontem, quando os fundos do PRR só seriam pagos se as obras fossem feitas até ao final de dois mil e vinte e seis. O que gostava de ver, mais do que o pedido de fundos do PRR e a aplicação de fundos do PRR, era uma calendarização das obras que efetivamente seriam feitas e que não passassem apenas de notícias de jornal, que constantemente saíam e que raramente saíam do papel. Seguiu-se a apresentação de uma outra **Moção** pelo Sr. Deputado da **Iniciativa Liberal**, **BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, que dizia: “*Pelo cumprimento em Braga do programa de intervenção do edificado escolar. Considerando que a vinte e dois de julho dois mil e vinte e dois, o Governo e a Associação Nacional de Municípios (ANMP) assinaram o acordo setorial de compromisso para a descentralização nos domínios da educação e da saúde,**

mediante o qual o Governo se comprometeu a realizar intervenções de recuperação, reabilitação e ampliação em quatrocentos e cinquenta e uma escolas, considerados estabelecimentos a necessitar de intervenção urgente, mediante um cronograma a apresentar e a acompanhar pela ANMP; Considerando que, entretanto, a quinze de novembro de dois mil e vinte e dois, a Ministra da Coesão Territorial afirmou que os avisos para o financiamento das intervenções nas escolas seriam abertos até ao final do ano de dois mil e vinte e dois, recorrendo a fundos do mecanismo extraordinário de antecipação do PT vinte trinta; Considerando que, desde aquela data, o Governo ainda não foi capaz de definir sequer uma calendarização para as intervenções e remodelações que prometeu. Considerando que a Educação devia ser prioritária e o Governo não pode falhar no cumprimento de um elemento tão básico como é a intervenção em escolas com visível necessidade de reabilitação. A Educação Escolar é um serviço que deve ser provisionado pelo Estado através da qual, na nossa sociedade democrática, procuramos preparar as gerações mais jovens para a sua integração plena em sociedade. É hoje urgente definir uma estratégia assente em compromissos políticos claros, que apontem um caminho e deem estabilidade e tranquilidade ao Sistema Educativo. Assim, a IL propõe que a Assembleia Municipal de Braga, na sua reunião de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, delibere instar o Governo a: Proceder à abertura das candidaturas para a reabilitação das escolas consideradas prioritárias em Braga, a saber: Escola Básica do Trigal, Escola Básica de Palmeira, Escola Básica Frei Caetano Brandão e Escola Artística Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga; Estabelecer com urgência o cronograma de recuperação, reabilitação e ampliação conforme consta da cláusula terceira do acordo setorial de compromisso para a descentralização nos domínios da educação e da saúde”. Posta à votação, foi a presente moção

aprovada por unanimidade. A Sr.^a. Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO apresentou outra Moção, destacando que: “Num momento em que é crescente a preocupação da população com os problemas ambientais, em que os preços dos combustíveis atingem valores muito altos e se verifica uma perda real de rendimentos da população do nosso concelho, torna-se obrigatório um maior incentivo à utilização dos meios de transportes coletivos. É sabido que, quando se criam condições vantajosas, as pessoas reduzem a utilização de transporte particular, como se verificou com o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, iniciado em dois mil e dezanove, e que levou a um aumento global de passageiros nos transportes públicos, tendo um impacto significativo no financiamento do sistema de transportes, na poupança das famílias e na simplificação dos sistemas tarifários, atraindo assim novos passageiros para o transporte público. A criação de um passe intermodal que permita uma utilização comum dos transportes públicos geridos pelas diferentes operadoras é uma necessidade sentida pela população. O exemplo que foi dado nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa com a criação de um passe no valor máximo de quarenta euros que permite viajar em toda a área metropolitana sem ter de adquirir diferentes passes, conforme as operadoras que gerem o serviço, pode e deve ser replicado no nosso distrito. Esta medida potenciará uma melhoria no acesso aos transportes públicos e permitirá simplificar o sistema tarifário existente. A articulação com o sistema de transportes entre as CIM do Cávado, CIM do Ave e a Área Metropolitana do Porto seria uma mais-valia para toda a população do nosso concelho e do nosso distrito, e por isso deve ser planeada e efetivada. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e oito de abril de 2019, delibera enviar à CIM do Ave, à CIM do Cávado, à Área Metropolitana do Porto, às Câmaras e Assembleias Municipais do distrito de

Braga, ao Ministro do Ambiente e da Transição Climática e ao Primeiro Ministro, as seguintes exigências: A concretização na região de Braga, abrangendo os territórios das CIM do Ave e CIM do Cávado, de um passe social intermodal, um único título intermodal de transporte, com mais oferta, mais qualidade, segurança e fiabilidade dos transportes, à semelhança que já hoje acontece nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Considerando o elevado número de viagens entre os concelhos da região de Braga e o distrito do Porto, é fundamental que as soluções de tarifário a adotar, para além de servir os territórios correspondente às CIM do Cávado e CIM Ave, abranjam também a Área Metropolitana do Porto”.

Posta à votação, foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** apresentou uma **Declaração de Voto** no sentido de que se reviam, obviamente, na prioridade daquela proposta, que era uma proposta que, eventualmente, até se deveria estender a um contexto nacional, embora também tivessem que ser realistas e dizer que o modelo de concessão que existia hoje em dia, ainda bem que a moção e a proposta da C.D.U. apelava à participação das várias CIM's e das várias entidades que estavam ali envolvidas, porque, como sabiam, as autoridades de transportes e os paradigmas que existiam hoje em dia não eram propriamente, não diria amigas, mas pelo menos não eram totalmente fáceis de integrar, num contexto em que existiam diferentes concessões, diferentes operadoras e nem sempre as mesmas soluções, mesmo do ponto de vista técnico, utilizadas por essas concessões e por essas operadoras. Mas, claro, o sentido deveria ser esse, o de alcançarem a intermodalidade. Julgava que Braga e os outros municípios, quer da CIM do Cávado, quer também do Quadrilátero e da outra CIM do Ave, estavam a trabalhar e tinham já projetadas essas possibilidades de intermodalidade e foi também disso mesmo que falaram na última Assembleia Intermunicipal da CIM do Cávado. Agora, como era óbvio,

*estava a falar já de um nível ainda mais avançado, em que também a Área Metropolitana do Porto pudesse ser ali convocada a um esforço adicional de integração dessas soluções de mobilidade, as quais viam com bons olhos, claramente, mas que obviamente já estavam a convocar ali um esforço nacional e não meramente de várias entidades atomizadas, quer nos municípios, quer nas comunidades intermunicipais, quer nas áreas metropolitanas. Achava que uma proposta ao nível do que a CDU estava ali a apresentar precisava, e era por isso que também apelava, a um esforço do Estado central para que fosse ele o primeiro a possibilitar que essas entidades pudessem congregar, até do ponto de vista financeiro, o esforço que seria necessário para haver uma compatibilização desses vários passos, e independentemente de ser a tarifa social ou a tarifa normal, esses espaços passassem a poder operar-se nos vários espaços físicos desses concelhos, dessas áreas metropolitanas ou dessas comunidades intermunicipais. E, portanto, nesse sentido, estavam ao lado dessa prioridade e sabiam e já discutiram várias vezes soluções alternativas, se era o metro, se era o comboio, se era outro tipo de soluções, que pudessem conjugar essas várias regiões, que precisavam de soluções de mobilidade comuns. Agora, mais do que isso, precisavam era que as entidades com poder não só financeiro como decisório, nomeadamente o governo central, que fossem os primeiros promotores dessas soluções, sem prescindir dos papéis que aquelas outras entidades também tinham. Outra **Declaração de Voto** foi presente, pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, salientando que, no fundo, acabava por também ajudar a prestar um esclarecimento. Como disse o João Marques, e muito bem, a proposta da CDU, do PCP ali apresentada tinha o seu acolhimento, mais pela ideia do que propriamente pela forma de a operacionalizar e, já agora, dar nota de que, do ponto de vista daquilo que era a implementação que já estava a acontecer no território, existia um*

projeto que este ano iria ver à luz do dia, iria trazer benefícios às pessoas, precisamente a integração dos vários sistemas de bilhética entre os operadores das quatro autoridades de transporte do quadrilátero, portanto Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos e das duas CIM's do Ave e do Cávado. Ou seja, com uma única aplicação, poderia ser possível comprar bilhetes naqueles seis operadores. Isso era o primeiro passo, que era o passo da integração bilhética, para que depois pudesse existir, como existia na Área Metropolitana do Porto, com o Andante e na Área Metropolitana de Lisboa, com o Viva ao Navegante, um passe único, que pudesse ter um tipo de apoio, fosse ele através do parque, ou do pro trans ou outro programa qualquer. Portanto, os passos estavam a ser dados, do ponto de vista daquilo que era a dimensão técnica e tecnológica, para que num futuro próximo pudesse ser implementada do ponto de vista da sua operacionalização e respetivo financiamento. Havia um conjunto de outros mecanismos que, não obstante o apoio do Estado Central, teriam também que ser os territórios a construir essa solução e esse planeamento de mobilidade que, indiscutivelmente, carecia de maior integração e de maior intermodalidade, para termos uma mobilidade mais sustentável. Portanto, as boas notícias eram, e gostaria que durante o ano de dois mil e vinte e três, pudessem falar disso de uma forma um pouco mais evidente, quando já esse projeto estivesse mais avançado, mas estávamos no bom caminho e, portanto, por isso também acolhiam a proposta da C.D.U.. Mais uma **Declaração de Voto** foi apresentada, agora pelo **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUEIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para destacar que sobre a matéria, e concordando em absoluto com aquilo que foi a moção da CDU, chamar a atenção e integrar ali também uma questão que não foi referida e que lhe parecia muito importante. Os estudantes que circulavam entre os campus Guimarães-Braga pagavam hoje um euro e sessenta cêntimos por cada

viagem, o que significava cerca de setenta euros por mês e, portanto, para muitos estudantes, isso equivalia exatamente ao preço das propinas ou quase o preço das propinas, o que significava, se calhar, setecentos euros por ano, o que para muitos era um sacrifício enorme nos tempos que corriam. Portanto, também aí deveriam repensar aquele modelo e encontrar uma solução que permitisse a muitos estudantes, que hoje tinham muitas dificuldades em fazer essa viagem e esse transporte, incluí-los também naquela moção, ou pelo menos, quando se repensasse o assunto, pensar também dessa forma, porque era ali que se faziam muitas viagens todos os dias e muitos estudantes eram obrigados, muitas vezes, se calhar, a recorrer a outros meios de poderem viajar muito mais complexos e, se calhar, alguns menos amigos do ambiente. Foi depois apresentada outra **Moção** pela **Sr^a. Deputada do C.D.S.-P.P., MARTA SALOMÉ DA SILVA OLIVEIRA DE BRITO**, que referia: “No passado dois de abril, através de um vídeo difundido pelo Correio do Minho, foi possível testemunhar um episódio lamentável de insegurança na via pública. O vídeo mostra a agressão por parte de um indivíduo a um vigilante do Braga Parque. Ao que o Grupo Municipal do CDS conseguiu apurar, estes episódios são frequentes nas imediações daquele espaço comercial, os quais traduzem evidências reais do aumento da criminalidade em Braga nos últimos três anos e destacam a falta de efetivo policial, para a patrulha, a intervenção e a defesa da segurança pública. A vinte e um de março, a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) alertou na Assembleia da República à Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, para a situação "complexa e difícil" em que vive atualmente a PSP, uma instituição que "está demasiadamente envelhecida e com pouca capacidade operacional". Nesta mesma Comissão, um deputado do Partido Socialista, salientou que nada tinha a comentar, revelando apenas que por parte da tutela tem sido feito um esforço de abrir mais

concursos. Este suposto esforço não constitui uma solução real para o problema, uma vez que as causas do mesmo se situam a montante: isto é, não há candidatos ao corpo da PSP, porque as condições de ingresso, a valorização da carreira e a progressão na mesma são manifestamente insatisfatórias. Segundo, o presidente da ASPP/PSP, Paulo Santos, a disponibilidade e abertura do Senhor Ministro da Administração Interna não passam por uma negociação efetiva. Ao invés, verifica-se uma evidente incapacidade de análise e de comunicação política, quando afirma que a origem da não existência de candidatos, se deve apenas ao facto de as dinâmicas sociais estarem diferentes. O Governo não pode responder a um problema de segurança pública com políticas de assistencialismo, quando está em causa uma instituição vital para a soberania e a vida em sociedade. Os profissionais da PSP querem ver a sua carreira dignificada para melhor servirem a população e o país. O Governo não pode continuar agarrado a chavões para justificar o injustificável - parece que nada tem feito, nada faz e nada pretende fazer quanto aos verdadeiros problemas que assolam as forças de segurança. O CDS defende, agora como no passado, a necessidade de aumentar a presença policial nas ruas, de melhorar a formação e as condições de trabalho das forças de segurança, com o objetivo urgente de implementar medidas para prevenir o crime e a violência. É tempo do Governo e do Parlamento se preocuparem menos com as tricas partidárias e mais com a segurança dos portugueses. É tempo de agir e de reconhecer o que efetivamente estes profissionais precisam para garantir a nossa segurança. A segurança é um bem comum que a todos diz respeito! O Grupo Municipal do CDS-PP, propõe que esta Assembleia Municipal, reunida em vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, aprove uma Moção de apoio à Polícia de Segurança Pública, exortando o Governo e a Assembleia da República a criarem as condições de dignidade para a carreira dos profissionais da PSP e a dotar esta

*instituição dos recursos adequados para que cumpra a sua nobre Missão, de salvaguarda da segurança de pessoas e bens, da ordem pública e do estado de direito”. Posta à votação, foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. A palavra foi dada à Sr^a. **Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO** para proceder à apresentação de mais uma **Moção** do seguinte teor: “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático. Com o vinte e cinco de Abril revolveu-se a vida do País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam ... a Revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, mas que não perduraria se não imprimisse, em todos os campos e aspetos da vida do país, a marca que lhe garantiu e garante sustentação. À madrugada que viu as operações programadas e executadas pelos Capitães de Abril que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam: liberdade de pensamento e de expressão, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, por mais saúde, por mais educação e por mais justiça para todos, rompendo com as ideias e práticas do regime fascista. Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa, um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento; é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia; é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurando a memória coletiva que o envolve; é afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitando perversões e falsificações históricas; é denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo; é sublinhar o que constitui hoje de valores e referências*

para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, foi um momento e um processo de rutura profunda com o regime fascista e tudo o que o suportava; não obstante algumas forças políticas atuais quererem restaurar este regime sórdido e surrento, o povo não o permitirá! Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. E assim continuará ... E comemorar Abril é também assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas ... Abril foi e é, neste campo em particular, um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam. Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da nossa República. Então: Comemorar Abril é também defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar Abril é ainda exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas, completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. O Poder Local

*Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar, se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, delibera: Um - Saudar o quadragésimo nono aniversário do vinte e cinco de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; Dois - Reafirmar o espírito de serviço público que, há quarenta e oito anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais em benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; Três - Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; Quatro - Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios; Cinco - Dar concretização ao processo de reposição das freguesias agregadas; Seis - Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos cinquenta anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, contribuindo para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que representou como ato de emancipação, democracia e liberdade”. Posta à votação, foi o **ponto um** da presente moção – **aprovado por unanimidade; ponto dois – aprovado por unanimidade; ponto três – aprovado com duas abstenções do Chega; ponto quatro – aprovado com vinte e seis abstenções e com trinta e nove votos a favor; ponto cinco – aprovado com trinta abstenções e com trinta e cinco votos a favor e ponto seis – aprovado por unanimidade.** Foi apresentada uma **Declaração de Voto** pelo Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** em que explicava que a abstenção relativamente ao ponto quatro, que são as regiões administrativas, não*

era, apesar de estar, na verdade na Constituição e ser algo que já devia estar concretizado de acordo com o que era previsto, mas onde efetivamente temos dúvidas, era sobre o que pretendia a CDU dizer com processos dilatórias, porque se entendia por processos dilatórios, o processo de referendo, aí não poderíamos concordar, porque era também algo que estava previsto na Constituição e relativamente ao qual achávamos que não poderiam avançar sem essa mesma consulta popular, até porque existiu anteriormente um processo idêntico. Relativamente ao ponto número cinco, o processo de reposição das freguesias agregadas, sim senhor, para as que o desejassem, as que não desejassem que ficassem exatamente como estavam e foi por aí que se abstiveram. **O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** apresentou também uma **Declaração de Voto**, salientando que a Iniciativa liberal se absteve na questão da regionalização, porque sendo liberais, defendiam um poder mais próximo dos cidadãos. Mas naquele ponto da regionalização em concreto, o assunto estava a ser discutido internamente, portanto, ainda não tinham a posição fechada, daí a sua abstenção. Relativamente às freguesias, acompanhavam o PSD nessa orientação, que a desagregação deveria ser respeitada, se fosse essa a vontade da Junta, ou dos populares, ou de quem desencadeou o processo. **O Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** apresentou uma **Declaração Política** do seguinte teor: “Aquando do dez de dezembro de mil seiscentos e quarenta, quarenta conjurados de forma heroica, derrubaram o regime Filipino! A população, radiante distinguiu os seus heróis! Hoje é uma data consensual e os Heróis deixaram de ser apenas aqueles quarenta conjurados para passar a ser todo um Povo! A data do vinte e cinco de Abril passa, mais coisa menos coisa, pelo mesmo processo! Teve uns Capitães de Abril que foram responsáveis pela Revolução! Teve um Povo que os aclamou! Temos agora

um tempo da consensualização da data da Liberdade que terá de deixar de ter donos quer à Esquerda quer à Direita já que começam a ser mais os que não viveram a data do que aqueles que tiveram essa oportunidade! Quase cinquenta anos passados, devemos pensar que se a comemoração for apenas de alguns, comemorar-se-á uma pequena revolução! Como certamente queremos que seja de todos, temos de pensar em comemorar uma grande revolução! Uma revolução Consensual! Mas para comemorar uma grande revolução, cabe ao Chefe de Estado, ao Chefe do Parlamento e aos Partidos políticos que o compõem, não fazerem da data uma arma de arremesso como aquela que quiseram fazer ao convidar primeiramente o Presidente do Brasil para discursar numa efeméride puramente Nacional! Colocaram-se a jeito para que a data corresse menos bem! E não venham com a desculpa de que o problema é apenas da extrema direita! E se o convite tivesse vindo nos quarenta e cinco anos do vinte e cinco de Abril? As atitudes da extrema-esquerda seriam pacíficas no Parlamento, ou seriam similares às que vimos acontecer? Deixem o vinte e cinco de Abril para a gente de cá oh pá! Não utilizem o vinte e cinco de Abril como se uns fossem melhores do que os outros pois pensar no vinte e cinco de Abril é pensar que todos somos iguais e que todos temos ou devemos ter os mesmos direitos e os mesmos deveres! Preocupem-se em cuidar, manter, consensualizar o vinte e cinco de Abril e não em dividir, fracionar e divergir sobre a data! E não se esqueçam nunca, que o vinte e cinco de Abril não pode ser uma data estática e que deve evoluir para dar maiores direitos, liberdades e garantias aos seus cidadãos! Ora, na nossa Constituição existe um artigo que em nada dignifica o vinte e cinco de Abril ao definir no artigo duzentos e oitenta e oito, alínea b), que as leis de revisão Constitucional deverão respeitar a forma republicana de Governo, tal como o foi no Estado Novo! Não seria mais seguro referir a forma Democrática de Governo, impedindo Constitucionalmente a

*Ditadura? O PPM Considera que a Lei da Mordaça não dignifica a data do vinte e cinco de Abril e que às vezes, ao querermos amordaçar uns, libertamos a caixa de pandora para outros! A maturidade de uma Democracia vê-se no aumento dos direitos, garantias e liberdades dos Cidadãos! Ora, deve ser um direito dos Portugueses a escolha livre do regime que pretendem desde que seja respeitada a forma Democrática de Governo!”. Seguiu-se a apresentação de outra **Declaração Política** pelo Sr. Deputado do P.S.D., **MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, que referia: “Comemorar a data do vinte e cinco de Abril, é importante. É importante pelo seu valor simbólico e pela necessidade da perpetuação da sua memória nas gerações vindouras. No entanto, atrevo-me a afirmar, que esse dia é o dia menos importante para a qualidade da democracia e para a nossa liberdade plena como indivíduos e como nação. É muito mais importante, para a liberdade e democracia, o que cada um faz entre o dia vinte e seis de Abril e o dia vinte e quatro de Abril do ano seguinte. Se o estado português e nós próprios não adotarmos um comportamento democrático todo o tempo, comemorar a data da revolução, no dia vigésimo quinto dia do quarto mês de cada ano, não tem sentido nenhum. E não falta por aí quem berre muito pelo vinte e cinco de abril, de cravo ao peito, mas nem refere o vinte e cinco de novembro. Na sua maior parte, são os mesmos que não assumem um comportamento democrático na sua postura, no seu relacionamento com os outros, sem perceber que é pela aceitação, pela tolerância e pela defesa da livre expressão de quem pensa e age diferente, que reside a liberdade e democracia, conseguida na sua plenitude em Portugal pelo vinte e cinco de abril e pelo vinte e cinco de novembro. É também na expressão concreta destes valores, que o grupo parlamentar do meu partido na Assembleia Municipal de Braga, dá os parabéns ao Partido Socialista, nosso adversário político, pelos seus cinquenta anos de vida e o saúda, como um partido*

essencial ao regime democrático português. Um dos pais da democracia portuguesa, Francisco Sá Carneiro, disse, no seu magistral discurso de posse do seu governo em três de janeiro de mil novecentos e oitenta, há cerca de quarenta e três anos: " Falaremos pouco de democracia, falaremos pouco de ideologia, falaremos pouco de abril. Não vamos encher a boca com abril, com a democracia, mas vamos trabalhar, modestamente, para o realizar. " De facto, realiza-se abril quando se respeitam as opções democráticas das maiorias e minorias sem se imporem umas às outras, realiza-se abril quando respeitamos e defendemos o meio ambiente, realiza-se abril quando existe alternância política democrática, realiza-se abril quando a liberdade está associada à sã convivência entre os povos, e se condena, sem hesitar, a agressão da Rússia à Ucrânia e se apoia a defesa deste país de uma agressão monstruosa, realiza-se abril quando existe uma sociedade livre das amarras do estado, realiza-se abril quando cada um consegue ser o que almeja ser na vida, realiza-se abril quando a justiça é justa e célere e os criminosos são efetivamente condenados, realiza-se abril quando cada um tem uma habitação digna onde morar que não lhe consuma a maior parte do rendimento, realiza-se abril quando temos bons cuidados de saúde, realiza-se abril quando temos qualidade de vida, prosperidade e bem-estar. E só por isto, passados quarenta e nove anos da queda do regime anterior, Portugal ainda tem muito vinte e cinco de abril para realizar. Falta realizar abril quando os jovens vislumbram na emigração a única possibilidade de terem uma vida condigna, à medida das suas qualificações. Falta realizar abril quando continuamos indefinidamente com baixos salários, quando todos nós todos temos taxas de esforço muito superiores à de populações de outros países europeus, para as situações mais normais da vida. Não nos podemos conformar e Portugal, passados quarenta e nove anos do vinte e cinco de abril, não pode ser também isto. A ausência de reformas na economia, na eficácia

*e na eficiência dos institutos e serviços do estado, cuja obrigação é servir a população e não viverem para eles próprios, os problemas nas escolas, na saúde pública, na habitação, os baixos salários e carga de impostos, é algo que pesa muito na vida dos portugueses e não se vislumbra que possa mudar, a continuar por este caminho. É por isso que para realizar abril temos de mudar de opções para mudarmos de vida”. Outra **Declaração Política** foi presente, agora pelo **Sr. Deputado da Inicial Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, que dizia: “Não tenho dúvidas que Braga será, depois deste processo de descentralização, um Município mais bem preparado para enfrentar e resolver os problemas diários dos Bracarenses. Espero que a nossa cidade seja uma referência em matéria de descentralização e aproximação democrática. Assim, na Educação espera-se que esta gestão de proximidade traga melhor serviço aos Bracarenses e resposta mais rápida e eficaz aos problemas do dia-a-dia, devendo o Município trabalhar para que os agentes educativos disponham das melhores condições para desenvolverem o seu trabalho. Porque a Educação não tem preço, a Câmara Municipal de Braga deverá reforçar, ano após ano, a aposta nesta área com um trabalho que pretende sobretudo, proporcionar condições de acesso ao conhecimento e desenvolvimento das crianças e jovens que frequentam as escolas. O trabalho na Educação não tem paralelo com nenhum outro, pois trata-se de uma semente para fazer germinar os cidadãos do futuro da nossa cidade. Entendemos que o Município poderá tornar as empresas embaixadoras das escolas secundárias e ensino profissional, concretizando uma ligação ao mercado de trabalho; poderá impulsionar uma cultura ambiental, bem como o desporto nas escolas. A aposta na educação deve funcionar como motor de transformação social e como vetor gerador de redução dos níveis de pobreza e para melhorar a mobilidade social. Em suma, o Município poderá assumir-se como um parceiro ativo das escolas. Termino*

*esta declaração, apelando ao Município que aproveite a oportunidade concedida por esta descentralização, para transformar Braga num concelho verdadeiramente educativo”. A SR^a. PRESIDENTE DA MESA reuniu a Conferência de Líderes com vista a decidir sobre o andamento dos trabalhos. Assim, atendendo ao adiantado da hora, iria passar-se à apreciação do ponto um, dois, cinco e seis da ordem de trabalhos. Se houvesse tempo, continuar-se-ia a discussão de outros pontos. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RELATIVO AO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual e do disposto no artigo setuagésimo sexto da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de dezoito de abril do ano em curso, referente ao Relatório de Gestão e Contas e as Demonstrações Financeiras da Câmara Municipal de Braga, relativos ao ano de dois mil e vinte e dois, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **JOÃO PEDRO CARVALHO MELO**, para dizer que: “A apresentação do relatório de gestão e contas do município serve, invariavelmente, para fazer um balanço das opções de quem está à frente dos destinos da Câmara Municipal. Mais do que uma apreciação técnica aos documentos, no entendimento da CDU trata-se de uma oportunidade para avaliar o trabalho realizado e o seu impacto na vida das populações. O ano de dois mil e vinte e dois foi o primeiro ano civil inteiro do atual mandato autárquico mas correspondeu ao nono da maioria liderada pelo PSD. Foi um ano, mais um, perdido*

na resposta a problemas que persistem no concelho e até da concretização de opções erradas, que, mais cedo que tarde, acarretarão consequências muito negativas. A fundamentação dos documentos é suportada numa avaliação muito positiva do trabalho realizado e da situação local, o que contrasta com a realidade efetiva e com o sentimento da generalidade da população. A descrição da realidade que maioria municipal liderada pelo PSD avança chega a ser em alguns aspetos quase fantasia, parece referir-se a outra cidade que não a que conhecemos e onde vivemos! Uma parte das alterações contabilísticas verificadas relativamente a documentos análogos anteriores, justifica-se com as novas competências que o Município assumiu, nomeadamente ao nível da Educação. Esta assunção de responsabilidades insere-se num processo mais geral de alijar de responsabilidades do Estado Central com o conseqüente desinvestimento e perda de qualidade dos serviços públicos. O que a maioria municipal liderada pelo PSD e o PS tanto elogiam, na verdade, não passa de um "presente envenenado". Segundo os documentos, na Receita "registou-se um crescimento de onze por cento na cobrança face a dois mil e vinte e um efeito, por um lado, da evolução positiva da atividade económica e do mercado de trabalho, com impacto positivo sobretudo nas receitas correntes (mais catorze vírgula três milhões de euros / mais catorze por cento) resultado, em maior medida, da evolução favorável das receitas da Derrama, IMT, IUC, loteamentos e obras e das transferências procedentes da Administração Central, com fundamento, mormente, na assunção pelo município de novas competências na área da educação". Na verdade, se descontarmos os cerca de dez milhões de euros correspondentes às transferências de competências na Educação, o aumento da receita é substancialmente mais limitado. Os Impostos Diretos representam a maior parcela da receita corrente, com um peso relativo de quarenta e sete vírgula oito por cento, e totalizando cinquenta e cinco vírgula oito

milhões de euros. Destes, vinte e quatro vírgula três milhões de euros foram cobrados em sede de Imposto Municipal Sobre Imóveis e dezassete vírgula oito milhões de euros respeitantes ao IMT, ou seja a maior fatia. A Despesa, de acordo com os documentos, "somou cento e vinte e nove vírgula seis milhões de euros, com um crescimento de doze vírgula três milhões de euros por contra ponto com dois mil e vinte e um para o que contribuiu a despesa corrente (mais quinze milhões de euros / mais dezoito por cento) em resultado, sobretudo, da despesa emergente da transferência de competências na área da educação, do aumento generalizado de preços pelo efeito do crescimento da taxa de inflação, do aumento do salário mínimo nacional, e, por fim, da concretização plena da atividade municipal após dois anos de interregno derivado do momento pandémico vivido, concretizando-se no crescimento das despesas com o pessoal (mais quatro milhões de euros), aquisição de bens e serviços (mais seis vírgula três milhões de euros), transferências correntes (mais quatro vírgula um milhões de euros). No ano dois mil e vinte e dois, as Grandes Opções do Plano, apesar de estarem acima do valor de dois mil e vinte e um, ficaram-se por uma taxa de execução de oitenta e quatro vírgula um por cento. O aumento da despesa não se traduziu no aumento do investimento na resolução dos muitos problemas existentes. No que se refere à Habitação é referida a Estratégia Local de Habitação. No essencial, a autarquia limitou-se a programas de apoio ao pagamento de rendas ou créditos bancários, ainda que de forma limitada. Tendo atualmente o problema da Habitação a dimensão que tem, é estranho verificar que nada foi feito no sentido de procurar a construção de mais habitação pública e de controlo da especulação imobiliária. Pensamos também que ao nível da reabilitação de bairros municipais, seja do exterior dos prédios e áreas comuns, seja dos interiores dos apartamentos, muito continua ainda por fazer. Relativamente ao Espaço Público, consideramos que

*pouco tem sido feito para transformar Braga numa cidade mais amiga das pessoas, com espaços para fruir, caminhar ou fazer desporto. Braga podia ser uma cidade mais limpa e ambientalmente mais sustentável, se a maioria liderada pelo PSD tomasse outras opções. É lamentável que a maioria PSD insista em abandonar o objetivo da construção da ligação ferroviária direta entre Braga e Guimarães, apesar da posição aprovada em sede de Assembleia Municipal. A insistência do BRT, ou seja numa ligação rodoviária, é uma solução profundamente limitada e que não responde às necessidades de desenvolvimento regional. Uma conclusão que se pode também tirar é que no que se refere a Fornecimentos e Serviços externos se mantém uma perigosa tendência de aumento das externalizações. Ora, fica aqui plasmado, mais uma vez, a necessidade de reforço dos meios humanos internos, com a contratação de mais técnicos fiscais e mais engenheiros para suprir estas faltas. Não devíamos gastar com recursos de fora, o que conseguiríamos fazer com os recursos internos. Também no item Publicidade, comunicação e imagem, se vê bem a prioridade de que maioria liderada pelo PSD dá à sua própria promoção! Merece ainda destaque a rubrica Despesas com "Estudos, pareceres e consultoria jurídica", que assume montantes demasiado elevados. Qualquer dia esta despesa rivaliza com o "Estádio Municipal". Esta situação suscita esclarecimentos e demonstra bem a necessidade de reforço dos meios próprios da autarquia, como a CDU tem vindo a reclamar. Com este tipo de gestão, Braga continuará a adiar o futuro e a tornar mais difícil viver o presente. Não nos satisfazemos com pouco, nem muito menos com exercícios pouco sérios que tentam disfarçar as enormes deficiências da gestão autárquica da maioria PSD/CDS/PPM na Câmara de Braga. Votaremos contra este relatório". Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA** para, a propósito, referir que: "Antes de me debruçar sobre o relatório de gestão e contas da Câmara Municipal de Braga do*

ano de dois mil e vinte e dois, permitam-me que faça duas notas prévias: em primeiro lugar, gostaria de reconhecer publicamente a qualidade do documento que suporta o relatório de gestão e contas, bem elaborado e com breves notas acerca dos critérios aplicados, o que nos facilita imenso a compreensão dos valores apresentados; em segundo lugar, entendo a sessão de apresentação do relatório, promovida pela direção municipal de gestão, no passado dia catorze, como um ato de valorização da transparência, para com o órgão fiscalizador da câmara municipal e com os bracarenses. A sessão mereceu rasgados elogios de todos os partidos presentes, e gostaria aqui publicamente agradecer, na pessoa do Dr. Sandro Louro, a toda a equipa. Parabéns! O ano dois mil e vinte e dois iniciou-se na esperança do crescimento e do fim dos constrangimentos provocados pela pandemia, pela inesperada crise política e pela falta do OE, que impactou irremediavelmente na gestão municipal. Em trinta de janeiro, a maioria na AR, perspectivava a estabilidade política, já a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro, veio baixar essas expectativas e o sentimento de confiança foi diminuindo. Este impacto exacerbou, a nível mundial, o aumento dos preços e as disrupções das cadeias de abastecimento, ainda não recuperadas para responder ao aumento da procura no período da pós-pandemia. A escalada dos preços da energia e de algumas matérias-primas repercutiu-se no aumento da inflação, atingindo os dez vírgula um por cento em outubro e com natural impacto, o que explica o baixo grau de realização das receitas de capital, foi de quarenta e oito vírgula nove por cento, consequência da reduzida execução das obras realizadas no âmbito de fundos comunitários. Os efeitos sucessivos da escalada de preços, tornaram-se bem visíveis, pela erosão que causam no poder de compra das famílias e com inevitáveis efeitos na resposta às necessidades básicas como a alimentação ou a habitação, sendo o município chamado a reforçar as respostas de ação social para acudir ao

número crescente de famílias em situação deficitária. Às medidas de ação social foi afeto um valor próximo dos quinze milhões de euros, entre as quais destaco o regime de apoio ao arrendamento; os manuais e materiais escolares, as transferências para instituições de natureza social; e os contratos-programa com as EM: TUB e Bragahabit. Ainda na execução orçamental, a despesa paga ascende aos cento e vinte e nove vírgula cinco milhões de euros, a maior execução de sempre. Verifica-se um acréscimo de quinze milhões de euros na despesa corrente, dos quais quatro milhões de euros são acréscimo de despesas com pessoal, fruto da descentralização de competências, do reforço de pessoal não docente, e também, muito importante, do aumento do salário mínimo nacional dos trabalhadores e dos seus encargos. Outra medida muito relevante, para a promoção do transporte público foi o Programa de Apoio à Redução Tarifária, que custou aos cofres do município mais quatro vírgula um milhões de euros. Os valores envolvidos nestas medidas, dizem-nos que a política municipal, neste período difícil, teve de priorizar, acudir às pessoas. Um indicador relevante é a despesa per-capita, que superou os quinhentos e vinte e sete euros por munícipe, significa que o município de Braga investiu mais cem euros por cada munícipe, se compararmos com o último mandato do anterior executivo socialista. São tempos diferentes de outros tempos, com novos desafios para as políticas locais, mas que não nos podem tirar a ambição, de continuarmos a fazer as obras que se impõe fazer. E para que as obras aconteçam, sabemos bem da dependência do financiamento comunitário, os municípios portugueses não têm capacidade financeira. A instabilidade no governo, a exclusão dos municípios do PRR e o atraso no Portugal vinte trinta, condicionaram os investimentos infraestruturais. "Foi um ano perdido", lamentou o Sr. Presidente da República. Mesmo assim, Braga, fruto do dinamismo no concelho, aumentou a despesa paga em dez vírgula cinco por cento, a receita cobrada cresceu onze

vírgula sete por cento e atingiu os cento e trinta e dois milhões de euros, sendo oito milhões de euros por conta da descentralização da educação. Aumentou a receita e foi possível continuar o desagravamento fiscal, nomeadamente a redução no IMI, entre outros apoios. O aumento da receita deve-se ao cenário atrativo, que segundo o INE, comparando o ano dois mil e treze com dois mil e vinte e um, aumentou em trinta por cento o número de empresas, não financeiras em Braga. As políticas do Executivo da Coligação “Juntos por Braga” criaram uma série de externalidades positivas que gerou mais riqueza e mais emprego. O rendimento médio por trabalhador, subiu para mil cento e quarenta e seis euros. Segundo, a mesma fonte, o INE, entre dois mil e treze e dois mil e vinte, são mais vinte mil empregos nas empresas não financeiras, e a população de Braga cresceu seis vírgula cinco por cento comparados os censos de dois mil e vinte e um com dois mil e onze. São números que nos colocam no topo dos municípios, com políticas sustentáveis e amigas dos bracarenses. O desempenho económico-financeiro reflete a gestão responsável do executivo liderado pelo Dr. Ricardo Rio. Escolhi como ponto principal deste relatório, a redução significativa da dívida, que estrangulou a atividade durante uma década, permite agora recuperar a capacidade e a autonomia nas decisões futuras. O partido Aliança vota a favor”. O Sr. **Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** usou da palavra para destacar que: “Hoje temos à nossa consideração o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal relativo ao ano de dois mil e vinte e dois, que constitui uma obrigação de prestação de contas à nossa cidade. A hora de prestação de contas é um momento solene, democrático e devemos ter a capacidade de prestar contas com objetividade possível e o distanciamento necessário para aquilo que realmente importa. É o momento de fazermos uma avaliação do caminho trilhado até então, porque só isso nos permitirá encarar o futuro com visão, com

estratégia e com liberdade. Em primeiro lugar, devemos aqui também reconhecer o trabalho feito pelos serviços, pelos funcionários, na compilação de todos estes dados, que são um exercício sempre relevante para os nossos trabalhos na Assembleia Municipal e que espelhou o que foi feito no último ano. Quanto à apreciação do relatório, a receita corrente do município totalizou mais de cento e dezasseis milhões, verificando-se um acréscimo de catorze milhões, face dois mil e vinte e um. Sublinha-se que este crescimento da receita corrente se deveu, no essencial, ao aumento das transferências do Estado em quase dez milhões de euros, sendo cinco milhões para a educação. A receita da derrama ascende a um milhão de euros. A rubrica Taxas, multas, multas e outras penalidades regista igual valor e recebemos um milhão de euros de participação comunitária em projetos cofinanciados. A receita fiscal subiu três milhões, face a dois mil e vinte e um, mais cinco por cento. Por outro lado, a despesa corrente aumentou quinze milhões de euros, dos quais quatro milhões são destinados a pessoal, seis milhões em aquisição de bens e serviços e ainda quatro milhões em transferências correntes. Neste sentido, o município apresentou o resultado líquido de exercício de meio milhão de euros, o que resulta numa diminuição de noventa por cento, seis virgula cinco milhões, face a dois mil e vinte e um, motivado principalmente pelo aumento das depreciações dos investimentos reavaliados. A Iniciativa liberal quer deixar uma mensagem de prudência, pois as dificuldades e incertezas não acabaram. Saídos da pandemia, entrámos numa guerra cujas consequências já estão a fazer-se sentir. Aumentos de preços, escassez de alguns casos de fornecimentos e aumentos das taxas de juro. Tudo isto são fenómenos que irão ter também um impacto nas contas e na situação financeira da autarquia. A Iniciativa Liberal quer também referir que vai estar atenta ao impacto nas contas dos processos de transferência de competências, desde logo na área da educação. Verificamos que o relatório

*apresenta uma estimativa de défice entre o valor transferido pelo IGeFE e as despesas realizadas acima de dois milhões e meio de euros. Vamos acompanhar esta questão. Por fim, considerados estes dados e reservas, a Iniciativa Liberal entende que a Câmara Municipal tem condições para fazer refletir estes proveitos inesperados na redução de impostos municipais, designadamente na derrama, onde tivemos um acréscimo excecional. Assim, em conclusão, os documentos que estamos a analisar mostram claramente o bom estado das contas da Câmara, algo que não é posto em causa por nós, de modo nenhum, sendo, aliás, um dado objetivo. O endividamento regista uma descida vertical, pois estamos a terminar de liquidar as obras no Elefante Branco, Estádio Municipal. Sem dúvida que seria agora a altura exata para se avançar para um seguro municipal. Assim, a Iniciativa Liberal irá aprovar o Relatório Gestão e Contas da Câmara Municipal de dois mil e vinte e dois”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para dizer que: “Estamos hoje aqui para discutir o Relatório de Gestão de dois mil e vinte e dois, o primeiro do último mandato desta maioria. O relatório, extenso e de análise muito detalhada obriga a uma corajosa jornada de resiliência para analisar tão importante documento. Reitero, também aqui, as palavras da Iniciativa Liberal, agradecendo o esforço de todos os funcionários envolvidos nesta tão extensa compilação. O orçamento de dois mil e vinte e dois foi o primeiro orçamento a ser executado em pleno, sem condicionalismos pandémicos, que afetaram a vida de milhares de pessoas no concelho, mas também, sejamos justos, afetou o normal funcionamento da vida da Câmara Municipal e das Empresas Municipais. Contudo, ainda antes de iniciar o relatório de gestão, o município escuda-se, antes de apresentar o seu relatório de gestão, com o facto de “Nenhuma organização viver isolada”. Sabemos bem os problemas que afetam todos os municípios. A inflação que se faz sentir é uma*

realidade para todos e se a mesma provocou aumentos dramáticos dos custos de energia e nos preços das empreitadas, sabemos também que o governo prontamente desencadeou mecanismos legais para a revisão de preços contratados em função das variações dos custos efetivos. Prontamente o relatório fala do PRR, de descentralização de competências quase antevendo, fala de aumento de salário mínimo, fazendo quase antecipar que poderiam ser previamente atribuídas culpas à execução orçamental. O que se retém deste relatório de gestão pode-se resumir numa afirmação: nunca os bracarenses pagaram tantos impostos à Câmara Municipal de Braga. A receita total teve um aumento de treze vírgula oito milhões de euros (mais onze vírgula sete por cento) face a dois mil e vinte e um e que resulta essencialmente de dois fatores: o aumento da receita dos impostos diretos e taxas, multas em um vírgula nove milhões de euros e oito milhões de euros relativos à Descentralização da educação. Poucas pessoas nesta Assembleia se devem recordar de quem aqui veio, a este púlpito, rasgar as suas vestes, afirmando que não aceitavam descentralização sem envelope financeiro. Pois bem: o PS lembra-se e hoje diz: estavam errados. E se no futuro houver défice neste envelope financeiro, o PS também estará aqui para defender os interesses do Município. Mas voltemos à receita fiscal e voltamos a salientar que nunca os bracarenses pagaram tantos impostos à Câmara. Hoje os bracarenses pagam mais sessenta e três por cento de impostos do que pagavam há dez anos. Será que os líderes partidários do principal partido da maioria também vêm aqui hoje dizer ao Sr. Presidente da Câmara para baixar os impostos como dizem ao Primeiro Ministro? Aguardemos. Mas se por um lado a receita fiscal aumenta, o investimento diminui. O peso do investimento na receita total é metade do verificado há anos. Mas mesmo que não tivéssemos o suporte dos números para estas afirmações, bastava o suporte empírico de assistir à degradação generalizada da cidade. Não é só o investimento

que diminui. Diminuem também as transferências para as freguesias. Certamente os presidentes de Junta sabem do que eu falo, mesmo que nem todos o assumam. As transferências para as Juntas de Freguesia estão hoje nos valores mais baixos desde dois mil e onze. É um facto que vem dos números e não há como negar. Mas sejamos justos, nem tudo diminui na gestão municipal. Em contrapartida as despesas correntes em Aquisição de Bens e Serviços atingiram os trinta e um milhões de euros, quase o triplo do que se gastava há onze anos. Hoje gastam-se mais dezoito milhões de euros por ano em aquisição de bens e serviços. A Câmara Municipal hoje faz menos, compra mais e sacrifica com isso o investimento municipal, o desenvolvimento das freguesias. Nos últimos cinco anos, e a título de exemplo, o que se gastou a mais do que o que gastava em Aquisição de Bens e Serviços era suficiente para construir a custos próprias a variante do Cávado. Em resumo: temos hoje mais receita fiscal, menos investimento no desenvolvimento e no bem-estar dos bracarenses. Mais uma vez, nunca os bracarenses pagaram tanto, para receber tão pouco. Nunca os bracarenses sentiram tantos problemas na cidade. Em dois mil e dezoito, antevendo os problemas o município apresentou uma aplicação móvel chamada Braga Resolve. Mais tarde criou-se um email que era buracosbraga@cm-braga.pt. Há mais exemplos falhados. Em outubro de dois mil e dezasseis foi anunciada a requalificação do Pavilhão Flávio Sá Leite. Na altura, em conferência de imprensa, estava tudo pronto para lançar o concurso público da empreitada. O edifício do São Geraldo que em dois mil e dezasseis iria ter lojas, restaurantes e um hotel, viu em dois mil e dezassete um novo e simpático arrendatário que paga a peso de ouro uma renda de um edifício que ainda ninguém sabe o seu propósito. O concurso para a obra do projeto de reordenamento do Nó de Infias seria lançado até ao final de dois mil e vinte e um. Há menos jovens entre os zero e os catorze anos. Hoje nasce-se menos em Braga, mas agora poderão

contar com um apoio financeiro de duzentos euros. Menos oitocentos euros do que em Vizela. A nove de outubro de dois mil e vinte e um, o Sr. Presidente da Câmara afirmava: “Braga joga hoje, sem margem para dúvida, na Champions League das cidades à escala global e tudo fará para continuar a trazer para os seus cidadãos as políticas mais diferenciadoras a nível internacional”. A verdade é que o cidadão comum, o cidadão que enfrenta diariamente os desafios da cidade, o cidadão que enfrenta diariamente os seus desafios pessoais, não sente que esteja a disputar um jogo de liga dos Campeões. Se vamos para as analogias futebolísticas, resta-nos o principal clube da cidade para se disputar com os grandes e fá-lo com motivação e com bravura, porque o faz com humildade. Humildade é o que faz falta para sentar e perceber que não precisamos de ser os melhores do mundo, só precisamos de ser os melhores para os bracarenses e nisso o executivo falha e falha todos os dias. Podemos estar constantemente a debater os números e a analisar os gráficos. É certo. Mas o que é certo que Braga é hoje um Concelho que se vende cada vez melhor. No papel. A seguirmos as notícias que saem diariamente da Câmara Municipal, poderíamos ser toldados com a visão idílica de uma cidade que não existe. O que existe é desgaste, é incoerência no que se diz que se faz, é desapontamento das pessoas. O que existe é apenas e só uma opção política de imaginar a cidade como queríamos que ela fosse, sem termos a capacidade de a transformar. O que existe é apenas e só a opção política de continuar a adiar Braga e, nesse sentido, o Partido Socialista votará contra este Relatório”. Passou a usar da palavra o Sr. **Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para salientar que: “O Executivo Municipal tem-nos demonstrado ao longo do seu mandato uma preocupação na priorização de investimentos, corte de gorduras instaladas e rentabilização dos serviços prestados por forma a não onerar o esforço da Autarquia e dos munícipes em próximos anos! É portanto

importante, ter a consciência que devemos preferencialmente ter contas com superavit por forma a reduzir esse mesmo esforço! Só assim se conseguem prevenir surpresas indesejadas como aconteceu, neste ano que passou, com o aumento da inflação! Equilibrar as contas sem obtenção de financiamento externo é e deverá continuar a ser uma obrigação dos eleitos para com os eleitores! A nível cultural tivemos um revés enorme ao não sermos escolhidos como Capital Europeia da Cultura já que o trabalho efetuado foi de excelência e irrepreensível!! Mas se por um lado foi um revés Braga não ter sido a vencedora da Capital Europeia da Cultura, foi uma força motivadora observar que a cultura não ficou dependente desse “concurso” e vimos neste ano de dois mil e vinte e dois e em dois mil e vinte e três, um apoio a inúmeras entidades culturais que confirma a Cultura como um vetor da maior importância para o desenvolvimento do Concelho! A nível de educação, destaca-se a vontade e a persecução do objetivo de mitigar as assimetrias de oportunidades relativamente aos mais desfavorecidos! Também se destaca a descentralização de competências na Educação e em que as refeições ficaram todas na alçada do Município, sem que antes não houvesse trapalhadas do Governo na negociação do envelope financeiro justo a atribuir aos Municípios portugueses!! O Papel da InvestBraga no desenvolvimento económico foi neste ano de enorme relevância já que tem tido sucesso ao alterar a filosofia empresarial de fabricar-se apenas em Braga para passar também a desenvolver-se e a investigar-se em Braga! Pretende a InvestBraga que agora se comece a pensar alcançar o objetivo de inventar-se e Patentear-se em Braga! Como dizia Pessoa, “Deus quer, o Homem sonha e a obra nasce”! Não podia deixar também de destacar a Startup Braga, o Altice Forum Braga e a Associação Empresarial de Braga, entre outras! O que é certo, é que temos mais emprego, mais faturação e menos poluição para o nosso Concelho! Quanto ao apoio ao Turismo, julgo que é inegável o trabalho

relevante que tem vindo a ser desenvolvido por este Executivo! Atingiu-se o maior número de visitantes de sempre, fruto dos investimentos do Município na promoção de Braga como destino turístico! O aumento da oferta hoteleira, a existência de um centro de Congressos e Feiras, a reabilitação da Pousada da Juventude, a aposta em eventos culturais, a reabilitação de património na zona do Centro Histórico, a promoção gastronómica da Região e um acreditar na nossa genuinidade, faz com que tenhamos resultados de excelência! A Preocupação Social do Município é inegável com múltiplos programas de apoio aos mais desfavorecidos! A liderança na Inovação e no empreendedorismo social é reconhecida e o Centro de inovação Social de Braga (Human Power Hub) destaca-se, já que contribui para a criação de iniciativas inovadoras para a resolução de problemas sociais e de impacto social! A nível do Urbanismo, destaca-se o desenvolvimento do novo PDM que aguarda a conclusão do processo para Braga conseguir adaptar a realidade do seu Concelho à sua necessidade construtiva e que se encontra aquém das necessidades! A eliminação da categoria de solo urbanizável que acabava por permitir a especulação imobiliária sem que existissem as infraestruturas necessárias é talvez uma das mudanças mais relevantes deste novo PDM que permite garantir as dinâmicas sociais e económicas atuais e futuras. A Reformulação das ARUs numa ARU denominada de espaço Central com uma área de duzentos e cinquenta e sete hectares e com o objetivos claro de incrementação das áreas verdes, do aumento da preocupação com a proteção do património, de promoção da diminuição do edificado devoluto, e uma outra ARU Expansão da Cidade com dois mil quinhentos e trinta e nove hectares com o objetivo também claro de aumentar a área em que se aplicam os incentivos fiscais à reabilitação do edificado e à melhoria das condições de habitabilidade! A concretização da Estratégia Local de Habitação permitirá aumentar o número de pessoas abrangidas sendo que a criação do

*Concelho Local De Habitação permite-nos afirmar a existência de uma vontade genuína do Executivo em auscultar, dialogar com diversas forças vivas da Cidade por forma a poderem em conjunto pensar, delinear soluções para os problemas habitacionais da nossa cidade! Também é de destacar a criação do Regime de Apoio Direito ao Empréstimo (RADE) e o reforço do Regime de Apoio Direito ao Arrendamento (RADA). A disponibilização de uma Plataforma com informação sobre as obras municipais em que o munícipe pode acompanhá-las de forma clara e transparente parece-nos uma excelente medida! Foi também de extrema relevância a aprovação do PAESC (Plano de ação para a Energia Sustentável e o Clima), que colocou como fasquia uma redução de cinquenta e cinco por cento dos gases com efeito estufa até dois mil e trinta e a neutralidade carbónica até dois mil e cinquenta! Dois mil e vinte e dois também foi marcado com a apresentação do projeto de reorganização viária do nó de Infias que apesar de não ser a solução para todos os problemas de trânsito da Cidade, irá mitigar esse problema aquando da sua execução que cabe às Estradas de Portugal! O Projeto da Variante do Cávado é, como diz o documento, estratégico e seria, na minha opinião e, pelos vistos, não só da minha, mas da CIM, tentar por tudo que o processo andasse de forma mais célere e aí, mais uma vez, o Governo Português teria um papel de extrema importância se o acelerasse! Muito mais haveria por dizer, muito há também para melhorar, mas é inegável que este relatório de contas demonstra que o nosso Município está saudável e recomenda-se! Por essa razão, o PPM irá votar favoravelmente este Ponto!”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES** para, a propósito da matéria ora em discussão, realçar que: “Somos pagos pela Sociedade para lhe prestarmos Contas!”. O exercício de prestação de contas de dois mil e vinte e dois tem de ser analisado à luz do contexto deste ano atípico. Entre o ocaso da pandemia da Covid-*

dezanove e a alvorada de uma nova guerra na Europa, resultante da invasão da Rússia à Ucrânia, o Mundo mudou muito em dois mil e vinte e dois. Portugal e o Mundo foram confrontados com um aumento significativo da taxa de inflação que provocou a subida generalizada e acentuada de preços nos bens de consumo, com especial incidência nas matérias-primas, nos materiais de construção, na energia e, sobretudo, nos bens alimentares. Mas também os mercados financeiros foram afetados pelo mundo em transformação, com um aumento significativo das taxas de juros, o que teve e continuará a ter relevante impacto na vida das pessoas, das empresas e das entidades públicas. Os instrumentos de financiamento público, suportados por fundos europeus, não conseguiram compensar os efeitos nefastos do ambiente económico adverso. O PRR manteve níveis muito exíguos de execução e o financiamento tarda em chegar à economia. O Portugal vinte trinta não arrancou e não deixa de ser preocupante tanta inércia e tanto atraso no lançamento do principal instrumento de financiamento público da atual década. Mas o contexto teve ainda outros desafios de natureza administrativa, no âmbito da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, a Lei cinquenta barra dois mil e dezoito. Com efeito, o Município de Braga assumiu, no início de abril de dois mil e vinte e dois, as competências no domínio da educação, ao nível do planeamento, da gestão e da realização de investimentos relativos aos estabelecimentos de ensino público integrados na rede pública dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e secundário. Apesar de todas as incongruências do Governo no que deveria ser a sintonia entre o assumir de novas competências e a transferência das respetivas verbas, o Município, ao longo do último ano levou a cabo um trabalho colaborativo entre todos os serviços e estruturas envolvidas para que esta transição se concretizasse de forma serena

para todas as partes. Atualmente, o processo está estabilizado e no próximo ano letivo os benefícios da gestão municipal da Educação serão ainda mais evidentes. Esta transferência de competências teve também um impacto muito relevante no aumento do quadro de pessoal da autarquia, o qual fechou o ano com dois mil e trinta e três trabalhadores. Os desafios para a boa gestão municipal foram exponenciados pelos encargos acrescidos por este aumento do quadro de efetivos, o qual não foi apenas como consequência direta do processo de descentralização, mas também como consequência indireta, sustentada na necessidade de ajustar o quadro de pessoal dos serviços partilhados, do reforço das equipas técnicas, bem como, por opção, pelo reforço do pessoal não docente para além dos rácios estabelecidos e para apoio aos estudantes com necessidades especiais. Se o desafio para gestão dos recursos já era relevante, foi ainda amplificado com a habitual atualização do salário mínimo nacional e o correspondente ajustamento em termos de encargos sociais. Não obstante, os resultados de dois mil e vinte e dois demonstraram que a gestão municipal soube estar à altura do empreendimento e superou com distinção o desafio a que foi sujeita. Em dois mil e vinte e dois, o Município de Braga deu continuidade ao ciclo de investimentos estruturantes inseridos no seu Programa de Investimento. Conforme consta do Relatório de Gestão e Contas de dois mil e vinte e dois, foram investidos cerca de dezoito vírgula dois milhões de euros. Em termos acumulados, são noventa e cinco milhões de euros de investimento municipal nos últimos cinco anos, dos quais dezasseis vírgula três milhões de euros foram concretizados diretamente pelas Juntas de Freguesia. No cumprimento desse Programa de Investimento foram canalizados para as Juntas de Freguesia, cerca de três vírgula oito milhões de euros, ao qual se soma um montante de transferências na ordem dos três vírgula quatro milhões de euros para manutenções e limpezas de equipamentos públicos. Esta dotação financeira tem-se

revelado fundamental para a coesão e desenvolvimento do território. Como já se disse, em abril de dois mil e vinte dois, o Município de Braga assumiu competências no domínio da Educação, a qual conduziu a um aumento considerável da atividade operacional e, conseqüentemente, do volume de despesa. Ainda é cedo para avaliar com rigor o equilíbrio entre as verbas transferidas pelo Estado e os encargos que resultam da assunção destas novas competências. No entanto, as opções políticas assumidas pelo Município, na atribuição de apoios que desoneraram os encargos das famílias, o desenvolvimento de programas que contribuíram para o enriquecimento curricular dos jovens, a dotação de meios humanos que asseguraram o bom funcionamento das escolas e as respostas de apoio às famílias, com especial cuidado para as crianças e jovens com necessidades específicas, resultou em dois mil e vinte dois, num encargo suportado diretamente pelo Município na ordem dos dois vírgula seis milhões de euros. Dois mil e vinte e dois fica também marcado pela recuperação acelerada e pela gestão eficiente dos recursos. Com efeito, apesar do cenário de precaução que presidiu, ainda em dois mil e vinte e um, à elaboração do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e dois, num contexto de forte recuo da atividade económica e de elevada incerteza sobre os efeitos económicos e sociais provocados pela pandemia, a recuperação em dois mil e vinte e dois foi superior à expectativa inicial. Este facto teve repercussões na receita e na despesa operacional, e como consequência a concretização plena da atividade municipal, após dois anos de fortes restrições. O bom desempenho orçamental dos últimos anos, mesmo com as perturbações provocadas pela pandemia, e a contínua consolidação da dívida, permitiram ao Município de Braga suportar o contexto adverso de dois mil e vinte e dois, nomeadamente ao nível da pressão suplementar na despesa, por efeito do aumento generalizado dos juros e dos preços, e mesmo assim assegurar uma boa cobertura para o desenvolvimento

do seu programa de atividades e de governação do Concelho, em articulação com todos os agentes do território, públicos e privados. Ao nível do desempenho orçamental do Município, a Receita atingiu uma taxa de execução na ordem dos noventa vírgula um por cento, com um total arrecadado de cento e trinta e dois vírgula dois milhões de euros. As receitas correntes cobradas ascenderam a cento e dezasseis vírgula sete milhões de euros, apresentando uma taxa de execução de cem vírgula quatro por cento. O total executado de receitas de capital foi de catorze vírgula três milhões de euros, o que corresponde a quarenta e oito vírgula nove por cento de execução. A Despesa executada em dois mil e vinte e dois foi de cento e vinte e nove vírgula seis milhões de euros, o que significa um nível de execução de oitenta e oito vírgula quatro por cento. Do total da despesa corrente orçamentada, foram executados noventa e nove vírgula oito milhões de euros, equivalente a uma execução de oitenta e nove vírgula noventa e seis por cento da despesa total. No que respeita a despesas de capital, a taxa de execução foi de oitenta e três vírgula quatro por cento e o total pago foi de vinte e nove vírgula oito milhões de euros. Em dois mil e vinte e dois, o Município de Braga evidencia, de igual modo, uma poupança corrente do exercício no valor de dezasseis vírgula noventa e seis milhões de euros, totalmente aplicada no financiamento das despesas de capital, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental e equidade intergeracional. Em termos económico financeiros, é possível verificar que o Ativo Líquido apresenta um valor de setecentos e setenta e oito vírgula nove milhões de euros no final de dois mil e vinte e dois. Comparando com o registado no final do exercício anterior (seiscentos e sete milhões de euros), verifica-se um aumento de cento e setenta e um vírgula nove milhões de euros, ou seja, mais vinte e oito pontos percentuais. O ano de dois mil e vinte e dois fica também marcado pela redução da dívida legal em dois vírgula quatro milhões de euros, passando de quarenta milhões, em dois mil e

vinte e um, para trinta e sete vírgula milhões de euros. Comparativamente ao exercício de dois mil e dezoito, verifica-se uma redução da dívida legal em quinze milhões de euros, o que é notável. Continuou-se o caminho de redução do endividamento bancário, em comportamento decrescente desde dois mil e dezoito. Comparativamente com o período homólogo anterior, o passivo bancário volta a evidenciar a sua tendência de diminuição no fim do exercício de dois mil e vinte e dois (menos dois vírgula seis milhões de euros), passando a totalizar dezoito milhões de euros, o que significa, uma redução de nove vírgula cinco milhões de euros comparativamente com dois mil e dezoito. O Património Líquido, que totaliza setecentos e doze vírgula quatro milhões de euros em dois mil e vinte e dois, aumentou cerca de cento e sessenta cinco vírgula sete milhões de euros, ou seja, trinta por cento face a dois mil e vinte e um. Em termos globais, a atividade do Município no exercício de dois mil e vinte e dois, resultou em cento e vinte e oito vírgula seis milhões de euros de gastos e perdas, cento e vinte e nove vírgula cinco milhões de euros de rendimentos e ganhos e, conseqüentemente, um resultado líquido de oitocentos e quarenta e três milhões euros. Funções Sociais representam mais de quarenta e seis milhões de euros das Grandes Opções do Plano. No ano dois mil e vinte e dois, as Grandes Opções do Plano (GOP) apresentam um total executado de setenta e quatro vírgula oito milhões de euros e uma taxa de execução de oitenta e quatro vírgula um por cento, ficando acima da execução do ano anterior em cerca de nove vírgula nove milhões de euros. Deste valor, catorze vírgula quatro milhões euros (dezanove por cento) foram canalizados para a execução do Plano Plurianual de Investimentos, e sessenta vírgula quatro milhões de euros (oitenta e um por cento) foram despendidos ao nível das Atividades Mais Relevantes. A execução do Plano Plurianual de Investimentos em dois mil e vinte e dois, situa-se um vírgula dois milhões de euros abaixo de dois mil e vinte e um, mas

representa um investimento municipal de catorze vírgula quatro milhões de euros. Esta variação resulta de diversos investimentos estruturantes para o desenvolvimento de Braga, tais como: a Regularização do Rio Torto/Variante do Cávado, primeira fase da Repavimentação da Variante do Fojo e a Requalificação da Rua da Costa Gomes. Nas Atividades Mais Relevantes, o valor despendido em dois mil e vinte e dois é superior em onze vírgula um milhões de euros ao de dois mil e vinte e um. As Funções Sociais representam uma execução de quarenta e seis vírgula oito milhões de euros, concentrando a maior proporção dos investimentos do município, uma vez que representam sessenta e dois e meio por cento das GOP, com especial destaque para a Educação (sete vírgula oito milhões de euros); para a Ação Social (catorze vírgula seis milhões de euros), para a Habitação e Serviços Coletivos (cinco vírgula oito milhões de euros), para os Serviços Culturais, Recreativos e Desportivos (dezassete vírgula oito milhões de euros). Contudo, o Município de Braga é uma Autarquia que Mostra o que Faz! Não basta mostrar contas certas e uma gestão eficiente. É preciso fazer e mostrar o que se faz por Braga e pela sua gente. Braga é uma Capital de Cultura. Mesmo sem ser a CEC vinte e sete, será a Capital Portuguesa da Cultura em dois mil e vinte e cinco. A estratégica Braga Cultura vinte trinta segue o seu curso imparável e não esmorece perante as decisões adversas. Em dois mil e vinte e dois, foram apoiadas quarenta e três entidades culturais, num montante superior a seiscentos e quarenta e três mil euros, sendo disso exemplo o apoio às seguintes iniciativas: Encontros de Imagem, Festival Semibreve, Semana Santa, Descentrar, Mimarte, Mapear, Olh'ó Teatro, entre tantos outros. Mas Braga é uma cidade que faz, também como cidade educadora e que continua a ser reconhecida como tal pelo conjunto das boas práticas educativas e da ação social. É também uma cidade que faz, quando apoia a dinâmica da economia e do turismo. A InvestBraga, soma já a setecentos e

sessenta e oito projetos desde a sua constituição e a Startup Braga já apoiou cento e oitenta e cinco startups e já conseguiu atrair mais de trezentos e sessenta milhões de euros de capital para investir nessas mesmas startups. Do Made in Braga, estamos neste momento a passar para o “Created in Braga”. Mas o apoio à economia e ao turismo faz-se também com parcerias, como algumas com as associações e, como bom exemplo, Pacto de Mobilidade Empresarial Sustentável. Mas faz também ao nível dos eventos de promoção do território, como sejam o São João, a Rampa da Falperra, a Noite Branca, os congressos e as feiras de especialidade como a Agro, no caso da sua quinquagésima quarta edição à cabeça. Braga é também uma cidade que faz, quando se abre ao exterior, porque participa e faz-se participar nas redes internacionais como o Euro Cities, o eixo Atlântico e o URBACT, nas geminações, como aquelas que conseguiu concretizar o ano passado com Niterói no Brasil e Gaziantep na Turquia, mas também com o relevante evento das celebrações nacionais de dez de junho, que, como sabem, foi realizado em Braga. É uma cidade que faz, quando apoia a imigração com os respetivos gabinetes de apoio ao emigrante e ao imigrante, com os gabinetes de Inclusão e de Ação Social, com o Centro de Inovação Social de Braga e com a dinamização do Conselho Local de Ação Social. É uma cidade que faz, quando apresenta a primeira versão do Draft, que já foi inclusive entregue à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte para a revisão do PDM, quando cria duas ARUs relevantes, a ARU do Espaço Central e ARU da Expansão da Cidade. É uma cidade que faz com a nova agenda para a habitação, com a revisão e atualização da Estratégia Local de Habitação, que permite que mais de sessenta e quatro por cento das famílias e mais oitenta e quatro por cento das pessoas tenham acesso à habitação e resultando daí um investimento de cento e vinte e três milhões. É também uma cidade que faz, com a criação do programa da

Renda Acessível, o RADE, o regime de apoio direto ao empréstimo e o reforço do RADA, no regime de apoio direto ao arrendamento. É uma cidade que faz com a adesão à plataforma ODS Local, fazendo com que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estejam alinhados com a gestão municipal e vice-versa. É uma cidade que faz, quando apresenta um relatório de sustentabilidade na segunda edição, quando apresenta mais uma praia fluvial com bandeira azul, neste caso a Ponte do Bico. Quando apresenta e faz iniciativas e desenvolve iniciativas para a sustentabilidade ambiental, com a continuidade do projeto Rios, Oxigenar Braga e Florestar Braga, com a aprovação do Plano para Energia Sustentável e o Clima. É uma cidade que faz também pela mobilidade sustentável, com o projeto de reorganização do Nó de Infias, em parceria com a Infraestruturas de Portugal, quando apresenta e desenvolve o projeto do BRT que permitiu hoje termos o BRT enquadrado ainda no PRR, porque o projeto de Braga estava pronto para ser enquadrado no PRR e portanto, poderia ser executado mais cedo que o previsto. É uma cidade que também faz, quando assume de forma inequívoca a Autoridade de Transportes e quando implementa o Centro Coordenador de Transportes de Braga, fazendo também, a partir daqui, um novo centro polarizador de gestão da mobilidade em Braga. É uma cidade que faz um conjunto de intervenções ao nível do espaço público com o projeto “Eu já passo aqui”, com intervenções nas vias de trânsito, nas travessias e nos passeios e passadeiras. É uma cidade que faz, quando requalifica equipamentos desportivos, quando desenvolve inúmeros programas de promoção da saúde. É também uma cidade que faz, quando se preocupa em tornar o território mais seguro, reforçando a Polícia Municipal com um concurso para mais vinte agentes e quando reorganiza os seus serviços internos na estrutura da divisão da Proteção Civil. Porque quem tanto faz, merece o nosso aplauso, o Grupo Municipal do CDS-PP manifesta o seu apoio ao reporte de atividades e à prestação

de contas da Câmara Municipal de Braga, relativa ao ano de dois mil e vinte e dois, pelo que votará favoravelmente os respetivos documentos em apreço nesta Assembleia”. Usou depois da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES, para salientar que: “O princípio da prestação de contas em democracia não é apenas um dever de eleitos e governantes, é também uma forma de envolver os cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito. E é aqui, em sede da Assembleia Municipal, que esta prestação de contas é sujeita a discussão e fiscalização por parte dos deputados e respetivas forças partidárias, num contexto de transparência a todos os títulos louvável. A este nível, quero também em nome do PSD, associar-me à justa e merecida chamada de atenção, já aqui referida por outros partidos, para a qualidade do documento que nos foi apresentado pelo executivo, que em muito contribui para que a Assembleia e a comunidade tomem pleno conhecimento de toda a atividade desenvolvida pela autarquia, bem como das contas do exercício, para que se possa aferir com rigor a eficiência e racionalidade na gestão dos recursos e o equilíbrio e sustentabilidade das contas municipais. Ora, o documento em apreço é bem estruturado, é claro, é rigoroso e é detalhado, apresentando uma análise económica, financeira e patrimonial do Município mensurada e ilustrada por gráficos e mapas de fácil compreensão, bem como o Relatório das principais atividades desenvolvidas pela Autarquia, em cumprimento dos objetivos estratégicos fixados no Programa Eleitoral e alicerçados no Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e dois. Aproveito, também, para agradecer a apresentação que foi realizada pelo Diretor Municipal de Gestão da CMB, Dr. Sandro Louro, aos representantes dos grupos municipais sobre o Relatório de Gestão e Contas, e que foi igualmente disponibilizada a todos os deputados municipais. Trata-se de uma iniciativa fundamental para uma melhor compreensão do documento e que

possibilita o cabal esclarecimento de quaisquer dúvidas na leitura e interpretação de toda informação vertida no Relatório. Mais do que uma obrigação legal ou fiscal, a prestação de contas claras com os Bracarenses é um compromisso imprescindível que o executivo assume com o maior sentido de responsabilidade. E isto é revelador dos princípios de rigor e transparência que norteiam a sua ação. Sobre o contexto e as condicionantes: Apesar do processo de retoma económica pós-pandemia, o ano de dois mil e vinte e dois fica marcado indelevelmente pela guerra na Ucrânia e pelos efeitos que decorreram desse conflito nas cadeias de abastecimento e nos mercados de energia e combustíveis. Num instante, passamos de um cenário de deflação para um cenário de inflação como há muito o país não tinha memória. Entretanto, e com o objetivo de travar o crescimento da inflação, o BCE tem vindo a aumentar dramaticamente as taxas Euribor que passaram de terreno negativo em março de dois mil e vinte e dois março deste ano, os três vírgula seis por cento no caso da Euribor a doze meses. Este aumento significativo do custo de vida não tendo sido acompanhado por um aumento, na mesma proporção, do rendimento das famílias, tem vindo a provocar uma degradação do poder de compra da grande maioria dos portugueses e gerado muitas dificuldades às famílias economicamente mais vulneráveis. Como é natural, a difícil conjuntura social e económica vivida teve e continuará a ter óbvios reflexos na administração e gestão municipal. Senhor Deputado José Eduardo Gouveia e Senhores Deputados, a execução de um plano de atividades e respetivo orçamento é sempre condicionada pelas circunstâncias que temos e não pelas circunstâncias que gostaríamos de ter. E, infelizmente o ano de dois mil e vinte e dois, do ponto de vista do plano de investimento municipal, fica marcado por uma situação absolutamente excecional de aumento acentuado e generalizado do preço dos materiais (madeira, aço, pvc e alumínio), gerado pelo desequilíbrio entre a reduzida produção e a

crescente procura, que obrigou o Município a rever em alta o preço base das empreitadas projetadas para vinte vinte e dois (com consequências no deslizamento temporal e aumento dos encargos para a sua concretização). Tal foi o impacto desta situação que o próprio Governo foi obrigado a definir mecanismos legais para a revisão de preços contratados em função da variação dos custos efetivos. Ainda na dimensão do investimento público, o ano de dois mil e vinte e dois foi ainda significativamente condicionado pelo enorme atraso verificado na execução do PRR, devido à indefinição estratégica do Governo na aplicação dos recursos disponíveis e à falta de capacidade de resposta dos Organismos de gestão do Programa na análise e tramitação de candidaturas, situação que está a originar um atraso na velocidade de execução do investimento público nos municípios portugueses, a que Braga também não consegue escapar. No âmbito da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o Município de Braga assumiu, no início de abril de dois mil e vinte e dois, competências no domínio da educação, corporizadas no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos de ensino público integrados na rede pública dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e secundário – situação que impactou de forma relevante as contas dois mil e vinte e dois, implicando, entre outras despesas, a transição para o mapa de pessoal do município de duzentos assistentes operacionais e cinquenta e três assistentes técnicos. Para além dos novos postos de trabalho que decorrem do processo de descentralização, o Município procedeu ainda ao reforço das suas equipas técnicas, de forma a poder prestar um serviço mais próximo, eficiente e de melhor qualidade aos cidadãos, encerrando o ano com um aumento total de duzentos e noventa e seis colaboradores comparativamente ao ano de dois mil e vinte e um, totalizando dois mil e trinta e três colaboradores ao serviço. Sobre as grandes

opções do plano: No ano de dois mil e vinte e dois, as Grandes Opções do Plano apresentam um total executado de setenta e quatro vírgula oito milhões euros e uma taxa de execução de oitenta e quatro vírgula um por cento, ficando acima da execução do ano anterior em cerca de nove vírgula nove milhões de euros. Deste valor catorze vírgula quatro milhões de euros (dezasseis por cento) foram canalizados para a execução do plano plurianual de investimentos e sessenta vírgula quatro milhões de euros (oitenta e um por cento) foram despendidos ao nível das Atividades mais relevantes. Detalhando a execução das GOP por natureza das funções, verificamos que: Funções Gerais, com uma execução de sete vírgula oito milhões de euros (dez vírgula quatro por cento das GOP); Funções Sociais, com uma execução de quarenta e seis vírgula oito milhões de euros, encontrando-se aqui cerca de dois terços do investimento do município (sessenta e dois e meio por cento das GOP); Funções Económicas, com uma execução de onze vírgula nove milhões de euros (quinze vírgula oito por cento). Outras Funções, com uma execução de oito vírgula quatro milhões de euros (onze vírgula três por cento). Não querendo ser fastidioso (identificando para cada uma destas funções os principais investimentos promovidos), enfatizaria antes que nas GOP se encontram um conjunto alargado de investimentos estruturantes e estratégicos em projetos mobilizadores, social e economicamente relevantes, que tornarão Braga um território mais atrativo e competitivo. Um conjunto de investimentos que corporizam as prioridades do projeto político apresentado pela Coligação Juntos Por Braga aos Bracarenses e que irão permitir concretizar o seguinte conjunto de objetivos estratégicos: Ultrapassar o passado; Melhorar a rede de acessibilidade rodoviárias e qualificar o espaço público; Reforçar as políticas de apoio à habitação; Reforçar os níveis de segurança rodoviária; Otimizar o desempenho dos serviços de urbanismo; Formar, captar e reter talento; Revolucionar a mobilidade;

Afirmar Braga como capital de cultura; Liderar nas políticas de sustentabilidade; Inovar e reforçar respostas sociais e educativas; Promover uma comunidade ativa e saudável; Reforçar um modelo de governança aberta e participada e Rasgar fronteiras e afirmar internacionalmente a marca Braga. Uma nota de destaque para as centenas de intervenções promovidas nas freguesias de norte a sul do concelho, onde, para além da concretização de diversas obras assumidas através de meios próprios do Município, foram também investidos oito vírgula quatro milhões de euros, distribuídos por contratos interadministrativos e apoios financeiros, dando significado a uma efetiva política de descentralização e de coesão territorial prosseguida pelo executivo. Sobre o equilíbrio orçamental: Do ponto de vista do desempenho orçamental, este exercício à semelhança dos anteriores sob a responsabilidade do atual executivo, foi marcado pelo rigor, pela eficiência, pela ambição, pela solidariedade, pelo sentido de responsabilidade, pelo equilíbrio orçamental e capacidade de concretização. A receita arrecada ascendeu a cento e trinta e dois vírgula milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de noventa vírgula um por cento face ao que estava orçamentado. Comparativamente a dois mil e vinte e um, a receita registou um acréscimo de treze vírgula oito milhões de euros, ou seja, mais onze vírgula sete pontos percentuais. Esta variação resulta essencialmente de dois aspetos fundamentais: Em primeiro lugar, devido a um acréscimo de nove vírgula sete milhões de euros nas transferências correntes obtidas, que decorre, essencialmente, da transferência de competências na área da educação; Em segundo lugar, devido a um melhor desempenho na arrecadação da receita de natureza fiscal, nomeadamente nos impostos diretos e taxas, que decorre de forma natural do processo de retoma económica que se verificou na economia. Há pouco, o Sr. Deputado José Eduardo Gouveia, na sua intervenção, diria que de forma demagógica, que nunca em Braga se pagou tantos impostos. Parafraseando

o seu camarada de bancada João Nogueira, diria que é preciso ter lata. O Sr. Deputado sabe, perfeitamente, que as competências do Município, do ponto de vista da política fiscal, são reduzidíssimas. Essa matéria compete, sobretudo, ao Governo e ao Ministério das Finanças. Ainda assim, dentro da estreita margem de trabalho que o Município tem, o Município todos os anos, aliás, tem sido uma prática, desde o primeiro ano em que foi eleito Ricardo Rio, tem diminuído a carga fiscal que incide sobre os Bracarenses ao nível do IMI, ao nível da comparticipação no IRS, assim como permite as isenções que são previstas por lei ao nível da derrama. E estas são as competências que um município pode intervir do ponto de vista da fiscalidade. As outras decorrem daquilo que é orientado, definido, estabelecido pelo Ministério das Finanças, portanto, pelo Governo. E, portanto, Senhor Deputado, num ano em que a carga fiscal em Portugal aumentou para trinta e seis vírgula quatro por cento do PIB, atingindo um recorde histórico, é preciso ter lata, vir aqui dizer que em Braga nunca se pagou tantos impostos. De facto, nunca se pagou tantos impostos, mas é porque o ministro das Finanças continua a carregar cada vez mais no IRS, continua a carregar no IRC e em todos os outros impostos que pagamos, mês após mês, ano após ano. Retomando a minha intervenção, já a despesa assumida totalizou cento e vinte e nove vírgula seis milhões de euros, que corresponde a uma taxa de execução de oitenta e oito vírgula quatro por cento face ao valor previsto em orçamento. Comparativamente a dois mil e vinte e um, a despesa paga registou um aumento de cerca de doze vírgula três milhões de euros, ou seja, mais dez vírgula cinco pontos percentuais, por via do acréscimo de dezassete vírgula oito por cento da despesa corrente (mais quinze vírgula um milhões de euros) e de um decréscimo da despesa de capital de menos oito vírgula quatro por cento (menos dois vírgula sete milhões de euros). Esta variação na despesa corrente, justifica-se pela evolução das seguintes rúbricas:

Aumento de seis vírgula três milhões de euros em aquisições de bens e serviços, que resultam da retoma em pleno das atividades do município, nomeadamente nos domínios cultural, desportivo e educativo, após o interregno motivado pela pandemia; da transferência de competências na área da educação e do aumento generalizado dos preços. Aumento de quatro vírgula um milhões de euros das transferências correntes, essencialmente orientadas para o apoio às famílias, nomeadamente no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária. Aumento de quatro milhões de euros nas despesas com pessoal, decorrente, sobretudo, da valorização salarial ocorrida e do aumento de número de colaboradores ao serviço do Município. Assim, o Município de Braga apresentou em dois mil e vinte e dois um saldo global de três vírgula sete milhões de euros, que reflete a diferença entre as receitas e despesas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros. Este saldo evidencia um superavit financeiro, ou seja, o equilíbrio das contas não assenta na obtenção de financiamento externo, mas antes na capacidade de autofinanciamento do Município. O equilíbrio das contas é atestado também pelo cumprimento das obrigações impostas pelo atual regime financeiro das autarquias locais, que determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Tendo em dois mil e vinte e dois, o município alcançado um excedente neste indicador de onze vírgula sete milhões de euros. O município de Braga regista, também, uma poupança corrente do exercício no valor de dezassete milhões de euros, totalmente aplicada no financiamento das despesas de capital, cumprindo-se, deste modo, o inalienável princípio do equilíbrio orçamental e equidade intergeracional. Sobre a capacidade de gestão: do ponto de vista económico, o exercício de dois mil e vinte e dois revela, de igual modo, o enorme sentido de responsabilidade e capacidade de gestão do executivo, atentos aos seguintes

indicadores que devem merecer a nossa atenção e até reconhecimento público: Aumento do ativo líquido em cerca de cento e setenta e um vírgula nove milhões de euros, cifrando-se nos setecentos e setenta e oito vírgula nove milhões de euros; (neste âmbito, realce-se o comportamento dos ativos fixos tangíveis, cujo aumento ascendeu a cento e sessenta e três vírgula seis milhões de euros, em resultado de um trabalho, notável diga-se em abono da verdade, de reconhecimento e mensuração de todos os ativos municipais, conforme exigido pelas normas de contabilidade pública). Aumento do património líquido do Município em cerca de cento e sessenta e cinco vírgula sete milhões de euros, ascendendo a setecentos e doze vírgula quatro milhões de euros em dois mil e vinte e dois e um resultado líquido do exercício positivo de oitocentos e quarenta e três mil de euros. Um resultado naturalmente inferior ao registado no ano anterior, devido ao aumento da atividade do município e do aumento generalizado dos preços, assim como do aumento dos gastos de depreciação e amortização que decorrem dos ajustamentos operados nos ativos fixos municipais. O passivo total do Município registou uma ligeira inflexão face a dois mil e vinte e um, aumentando cerca de seis vírgula um milhões de euros, que, contudo, não compromete a tendência que tem vindo a ser evidenciada nos últimos anos, sendo que este aumento deriva quase exclusivamente da alteração da política contabilística quanto à contabilização dos subsídios atribuídos ao município a investimentos, que em dois mil e vinte e um e dois mil e vinte, aquando da introdução do SNC-AP, foram retratados na classe cinco do Património, e, em dois mil e vinte e dois, passaram a ser registados no Passivo, na conta de rendimentos a reconhecer, até ao momento em que se cumpram as condições para que sejam “transferidos” para uma conta de Património. Por outro lado, em dois mil e vinte e dois, o passivo é também influenciado pelo reforço das provisões para riscos e encargos, refletindo o acordo estabelecido e homologado

pelo tribunal entre o Município e as entidades Assoc – Obras Públicas e Soares da Costa. Ainda assim, no final deste exercício, o Município tem um ativo e um património mais valioso, tendo conseguido este desiderato ao mesmo tempo que manteve um nível de receitas que cobrem, com uma prudente folga, a totalidade das despesas incorridas. Merece também relevo a manutenção da trajetória de diminuição da dívida legal do município (dívida total orçamental excluída de operações de tesouraria, provisões, acréscimos e diferimentos) que se cifrou em dois mil e vinte e dois nos trinta e sete vírgula sete milhões de euros (menos dois vírgula quatro milhões de euros do que em dois mil e vinte e um). De igual modo, o ano de dois mil e vinte e dois volta a refletir a estratégia de redução do endividamento bancário, que se encontra numa tendência de diminuição desde dois mil e dezoito. Comparativamente a dois mil e vinte e um, a dívida bancária diminuiu dois vírgula seis milhões de euros, cifrando-se no final de dois mil e vinte e dois nos dezoito milhões de euros. A persecução do esforço de consolidação do passivo também se estende ao esforço de equilíbrio da dívida a fornecedores (de despesas correntes e de investimento) que, no final de dois mil e vinte e dois, totalizava catorze vírgula quatro milhões de euros, ou seja, menos um vírgula quatro milhões de euros do que em dois mil e dezoito, embora mais dois vírgula dois milhões de euros do que em dois mil e vinte e um. Neste particular, nos termos do Decreto-Lei cento e vinte e sete barra dois mi e doze, consideram-se em atraso as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de noventa dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes. Pelo que, a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, o município de Braga não tinha qualquer pagamento em atraso. Em resumo, maximizar os recursos disponíveis, controlando os gastos, apostando na diferenciação, na criatividade e em bons projetos, tem sido a imagem de marca dos

*executivos liderados por Ricardo Rio e que tão bons resultados tem proporcionado. Uma estratégia que tem permitido ao Município de Braga afirmar-se pela diferença, ganhando projeção e afirmação nacional e internacional, ao mesmo tempo que melhora a qualidade de vida dos bracarenses e prepara o futuro de uma cidade que se distingue pelos seus índices de qualidade de vida, sustentabilidade e dinâmica económica, social e cultural. Uma palavra final de agradecimento aos colaboradores de todo o universo Municipal, porque o trabalho realizado resulta do empenho, dedicação, rigor e espírito de sacrifício demonstrado por toda a equipa de colaboradores”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** para, por seu turno, referir que: “Devido ao adiantado da hora vou tentar ser o mais rápido possível, mas queria voltar aqui à questão da lata, que o meu caro amigo Rui Marques trouxe, para dizer que aquilo que aqui foi dito pelo Deputado José Eduardo é factual, e como houve aqui algumas referências a algumas empresas municipais, até poderia aqui apontar alguns casos em que essa carga fiscal poderia diminuir a favor do bolso dos bracarenses. E apontaria, por exemplo, um parecer da ERSAR, que diz que a AGERE não deveria cobrar os ramais de água e de saneamento, nem deveria cobrar as vistorias e, portanto, isto diminuiria naturalmente aqueles que são os encargos que os bracarenses têm, nomeadamente neste sector. Poderíamos continuar por aí, mas a verdade é que só trouxe este exemplo para a ilustrar que esta questão da lata tem toda a razão de ser, porque efetivamente é factual e a Câmara Municipal pode, em muito daquilo que são taxas e tarifas, realmente reduzi-las. É uma questão de querer. Tem feito naturalmente, direi, com pouca coragem, poderia baixar muito mais, se quisesse, mas a verdade é que isto não pode ser desmentido. O que trago aqui, e que vou tentar ser muito rápido, é uma preocupação que é transversal em todos os municípios portugueses. Estou a falar da questão do inverno demográfico.*

Estou a falar da baixa da natalidade e estou a falar de um problema que está ligado a estas questões e que tem a ver com as creches. Não há um lugar vago em qualquer creche do concelho de Braga e este é um problema que se reflete em todo o país e isto cria graves problemas, sobretudo, aos casais jovens e, muitas vezes, áqueles que se querem constituir em família e que pensam que amanhã não poderão ter os seus filhos num lugar seguro e eles possam estar à vontade a trabalhar ou a desenvolver as suas tarefas. E esta preocupação que aqui trago, tem a ver com aquilo que também pode ser feito pelos municípios para poder acelerar este processo. O concelho de Braga teve, no âmbito do PRR, sete creches para ser construídas. Acontece que uma delas foi agora a concurso e o concurso ficou deserto. E esta questão faz-nos recordar esta preocupação muito grande. Com o acréscimo do PRR que vai acontecer naturalmente em Braga, e ao contrário do que diz aqui o Carlos Neves, vai haver um aumento significativo de obras e, naturalmente, não vai haver empresas que cheguem para construir aquela que é uma necessidade premente no concelho de Braga e também premente noutros concelhos. E o que é que se pede aqui e que quero refletir, tendo em conta também o que li ou aquilo que analisei também no relatório de atividades do município. Efetivamente para esta questão, o município não pode ter um desempenho normal, tem que ter um desempenho mais acelerado no sentido de favorecer todo o processo que leve até à construção, nomeadamente acelerando todos os processos de licenciamento e todos os processos que estimulem a construção destas creches. Porque a verdade é esta, aconteceu com esta creche. Há outras que vão apresentar os seus projetos a concurso e este é um problema ao qual, naturalmente, o município não pode estar alheio. E o que tem que acontecer é que o município tem que criar uma via verde, por forma a que efetivamente esta questão possa ser aprovada com a maior celeridade, porque se não, não vamos ter este problema

resolvido e depois não vale a pena estarmos aqui a dizer que temos um abaixamento da natalidade e temos um decréscimo e temos até um inverno demográfico que naturalmente preocupa a todos. E, portanto, o que se pede, e sob o ponto de vista pedagógico, é que o Município de Braga crie aquilo que estão a fazer já outros municípios, nomeadamente Faro, Seixal, que efetivamente para esta questão sejam criados estímulos e sejam criados apoios para que estas creches possam ser uma realidade. E isto terá que ser feito a muito curto prazo. Uma outra questão que trago aqui também à ponderação, tem a ver com os orçamentos participativos. Os orçamentos participativos foram efetivamente uma feliz ideia do município de Braga, já se fazia noutros locais, mas efetivamente trouxe dinâmicas diferentes. Colocou projetos que cidadãos, de forma independente ou de forma associada, quiseram trabalhar, Juntas de Freguesia, entidades, todas elas proporcionaram naturalmente, a realização de algumas obras, de alguns sonhos. E isso foi muito bom. Só que, entretanto, vemos que os orçamentos participativos estão naturalmente em falência absoluta. E digo isto por uma razão muito simples, desde dois mil e dezoito, há cerca de três milhões de compromissos feitos relativamente a orçamentos participativos que não estão concretizados. Estes três milhões não estão plasmados, é um passivo contingente, não estão plasmadas nas contas do município, mas elas vão aparecer mais dia, menos dia. Estamos a falar de três milhões de euros de obras que não se concretizam, de orçamentos aprovados desde dois mil e dezoito. Se juntarmos a estes também o Orçamento Participativo Jovem, que também não tem concretização e que também são trezentos mil euros, e se juntarmos também o Orçamento Participativo escolar, que são mais quatrocentos mil euros, temos quase quatro milhões de euros que estão num passivo contingente não plasmado e que vão aparecer, mais dia menos dia, nas contas, porque efetivamente isto vai aparecer. Portanto, o que se pede, é que uma coisa que é boa

deve ser reformulada sempre que tal se justifique. E o que se pede aqui e que o Partido Socialista propõe, é que o Orçamento Participativo, que tem uma parte muito interessante, acho que dinamiza aquilo que é a ação dos munícipes, deve ser reformulado, nomeadamente na execução temporal daquilo que é o projeto que é aprovado e, naturalmente, também ser reformulado por forma a dar-lhe uma maior concretização e dar-lhe naturalmente aquilo para que foi criado. E, portanto, fica também sob o ponto de vista pedagógico, este contributo do Partido Socialista e esta preocupação com um passivo contingente que vai aparecer, mais dia menos dia, nas contas do município. Por último, e por acaso, na análise que fiz dos documentos, reparei que o tanatório paga três por cento à Câmara Municipal, relativamente à sua faturação. Acho que, e desculpem-me o termo, a Câmara está a ser levada. Ou seja, três por cento daquele serviço na concessão que foi feita, acho que é muito pouco. E se tivermos em conta este modelo de negócio, deve haver alguma coisa aí que naturalmente poderá não bater certo, e que enquanto eleito municipal e também como contributo, acho que a Câmara deve rever esta situação muito rapidamente, porque acho que três por cento, para além de ser uma verba irrisória para esta concessão, é efetivamente também uma forma que deve ser mais atentamente fiscalizada, porque naturalmente os cofres do município não podem deixar de fazer esta coleta. É este o contributo que o Partido Socialista deixa, nomeadamente na preocupação, naquela que é a rede de creches para Braga. Este é um problema que vamos sentir. Das sete candidaturas, duas tentaram já colocar em obra, uma delas ficou deserta. Vamos ter em atenção isto e acompanhar. Relativamente ao Orçamento Participativo, efetivamente, espero que uma boa ideia, naturalmente, possa continuar a ser uma boa ideia e que não seja amanhã também uma dor de cabeça”. O Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES usou da palavra para prestar um breve esclarecimento:

“O Sr. Deputado João Nogueira veio aqui aludir a factos, mas acabou, depois, por não concretizar nenhum, a não ser a referência a que o que dizia era factual. Mas vamos ao que é factual. Olhando para as contas que estão espelhadas no relatório: impostos diretos, o IMI em dois mil e vinte e dois, teve uma diminuição nos valores cobrados de duzentos e noventa e cinco mil euros. Teve uma diminuição, ou seja, os Bracarenses pagaram menos IMI. Isto reflete a opção clara do Município de cobrar menos IMI, porque tem esta capacidade de definir o valor a cobrar dentro de um intervalo definido pela lei. Imposto Único de Circulação, teve uma cobrança adicional de quatrocentos e cinquenta e nove mil euros, que decorre de haver mais viaturas em circulação. Este imposto é definido pelo Ministério das Finanças, sugiro, e associo-me a esse pedido, que se queixe ao Senhor Ministro das Finanças, e sou totalmente solidário. Imposto Municipal sobre Transmissões de Imóveis, teve também uma variação positiva de quinhentos e cinquenta e sete mil euros, face a dois mil e vinte e um e isto decorre da dinâmica imobiliária que acontece em Braga. Como sabem, este é um imposto “oneshot”, que acontece quando acontecem as transmissões de imóveis. Em dois mil e vinte e dois aconteceram mais transmissões de imóveis que em dois mil e vinte e um, logo, e sendo este imposto mais uma vez fixado pelo Ministério das Finanças, foi arrecadada mais receita. Derrama, foi cobrada mais um vírgula um milhões de euros. A derrama, como sabem, incide sobre os lucros das empresas. Ainda bem que as empresas de Braga têm possibilidade e pagam derrama, sinal de que temos empresas prósperas e que estão a crescer, a desenvolver e criar riqueza e a gerar emprego, apesar de o Município, e bem, ter as isenções que estão previstas na lei, para o pagamento de derrama para as empresas que têm volumes de negócios baixos. Do ponto de vista das taxas, as taxas que são com valores minimamente relevantes, são as relativas às operações de loteamento e obras e ocupações da via pública. Quer uma, quer outra,

tiveram mais receita arrecadada e que, mais uma vez, decorrem única e exclusivamente do facto de haver uma maior dinâmica imobiliária em Braga. De facto, Braga continua a ser uma cidade que atrai investimento, atrai investidores. É uma cidade excitante e vibrante para se investir. Ainda bem que assim é. Não decorre minimamente de um aumento das taxas que estão a ser cobradas, mas sim do aumento da procura. Fica feito o esclarecimento”. Posta à votação, foi a presente proposta **aprovada com trinta e cinco votos a favor, com doze abstenções e com dezassete votos contra**. A **Sr.ª PRESIDENTE DA MESA** informou que passariam à frente os pontos dois, três, quatro, que ficariam para Assembleia Extraordinária prevista para o dia doze de maio e que passava o ponto número cinco a ser o ponto número dois e o ponto número seis a ser o ponto número três e o restante passava para a próxima sessão. **PONTO NÚMERO DOIS – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) ESPAÇO CENTRAL E RESPECTIVO PLANO ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU)**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezoito de abril do ano em curso, relativa à proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) Espaço Central e do respetivo Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para salientar que: “Hoje votamos nesta sessão uma proposta que pretende aprovar a delimitação da Área da Reabilitação Urbana, Espaço Central e respetivo Planos Estratégico de Reabilitação Urbana e que decorre da necessidade de implementar naquele território uma solução integrada e de alavancar mecanismos que conduzam à reabilitação concertada do espaço público

*e à regeneração das áreas urbanas existentes. Para além disso, vamos também debruçar-nos sobre a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana, Expansão da Cidade e respetiva Estratégia de Reabilitação. Assim, verificámos que o Município optou por criar duas novas áreas de reabilitação, ARU espaço central e ARU expansão da cidade, assim como a elaboração das suas operações de reabilitação urbana em simultâneo. Como sabemos, estes instrumentos visam criar um conjunto de incentivos à reabilitação, garantindo benefícios fiscais aos particulares que decidam intervir na melhoria das suas condições de habitabilidade nos espaços agora definidos, requalificando a paisagem urbana do concelho. Sobre estes instrumentos jurídicos nada temos a opor. Tem como objetivos específicos fixar novos habitantes, colmatar e cerzir o território, revitalizar o espaço público, melhorar as condições de salubridade e sustentabilidade ambiental das habitações existentes. Esperamos que estas novas delimitações possam constituir um sólido instrumento de desenvolvimento local que possam permitir planejar e assegurar a intervenção municipal, criando também um quadro de referência estável para a iniciativa de promotores privados. Dada a grande falta de habitação que nos encontramos a atravessar, é essencial potenciar o setor da construção de forma que, ao mesmo tempo, se impulsione o setor da reabilitação urbana de Braga. Assistimos, assim, a uma alteração das condições que estiveram na origem da criação das ARUs e, por conseguinte, esperamos que este instrumento promova o favorecimento da iniciativa privada, através da atribuição destes benefícios fiscais. Em conformidade, a Iniciativa Liberal vai aprovar estes dois pontos da ordem de trabalhos, dois e três”. Posta à votação, foi a presente proposta **aprovada com duas abstenções do B.E.. PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) EXPANSÃO DA CIDADE E RESPETIVA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO***

URBANA (ERU). *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezoito de abril do ano em curso, relativa à proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) Expansão da Cidade e respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação, foi a presente proposta **aprovada com duas abstenções do B.E.***

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois e três, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. A SRA. **PRESIDENTE DA MESA** lembrou que no dia dois de maio, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizar-se-ia uma Assembleia Municipal Extraordinária comemorativa do centenário do nascimento do Sr. Dr. Francisco Salgado Zenha, estando todos convidados, bem como o público. A ordem de trabalhos da presente sessão, iria ser retomada no dia doze de maio.*

ENCERRAMENTO: *Às duas horas, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e oito de abril de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*